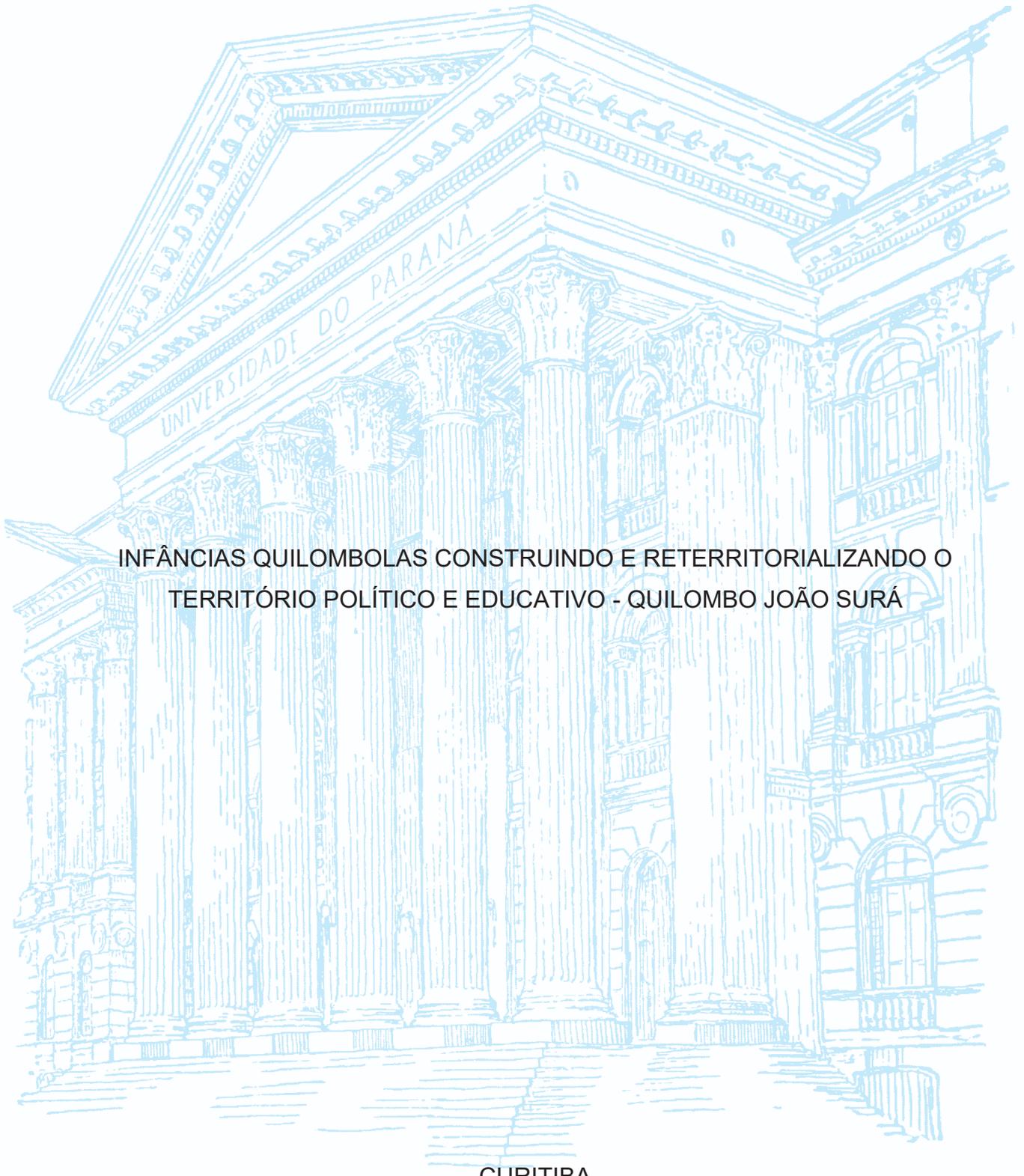


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA FERNANDA GALVÃO PEREIRA



INFÂNCIAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO E RETERRITORIALIZANDO O
TERRITÓRIO POLÍTICO E EDUCATIVO - QUILOMBO JOÃO SURÁ

CURITIBA

2024

CARLA FERNANDA GALVÃO PEREIRA

INFÂNCIAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO E RETERRITORIALIZANDO O
TERRITÓRIO POLÍTICO E EDUCATIVO - QUILOMBO JOÃO SURÁ

Dissertação em Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre, com ênfase na linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social na Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Carolina dos Anjos Borba

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Pereira, Carla Fernanda Galvão.

Infâncias quilombolas construindo e reterritorializando o território político e educativo – Quilombo João Surá / Carla Fernanda Galvão
Pereira – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profª Drª Carolina dos Anjos Borba

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Quilombolas. 3. Quilombos. 4. Discriminação racial. 5. Quilombos – Educação. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CARLA FERNANDA GALVÃO PEREIRA** intitulada: **INFÂNCIAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO E RETERRITORIZANDO O TERRITÓRIO POLÍTICO E EDUCATIVO - QUILOMBO JOAO SURÁ**, sob orientação da Profa. Dra. CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica
25/04/2024 11:35:40.0
CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
25/04/2024 12:50:42.0
CARINA CATIANA FOPPA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
23/05/2024 12:43:50.0
JOSÉ CARLOS GOMES DOS ANJOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica
25/04/2024 12:03:12.0
TAISA LEWITZKI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE)

Dedico este trabalho a todas as crianças, meninas e meninos, que vivenciam e lutam pelos territórios tradicionais em cada região deste país.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus ancestrais, a toda Comunidade Quilombola de João Surá, que acolhe e protege minha família (Clarinda, Antônio Carlos, Jane, Tiago, Bianca, Gislaine, Joana e Ísis) e as famílias de todas as crianças. Agradeço aos meus colegas de trabalho do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e ao Grupo de Pesquisa e Extensão Joana de Andrade. Sem eles/elas, sem o trabalho coletivo, este trabalho não seria possível.

Agradeço a todas aquelas que me acolheram durante o percurso do mestrado, professora e doutora Carolina Oyamade dos Anjos e Jean, seu esposo, que me auxiliaram em toda a construção das reflexões críticas da realidade da pesquisa com as crianças. À Isabela Cruz, Dona Vilma, Vanessa, Dona Dalila, Roselaine, Lucas e João, que me acolheram e aconselharam, tornando este sonho possível.

Por fim, ao Povo Quilombola, por sua luta e determinação, territorializações, construímos a ciência a partir da nossa realidade.

“Pense nos seus sonhos e nas suas ideias como pequenas máquinas milagrosas dentro de você que ninguém mais pode tocar. Quanto mais fé você deposita nelas, mais altas elas ficam, até que um dia elas se erguerão e levarão você junto.”

O Menino que Descobriu o Vento

RESUMO

A pesquisa “Infâncias Quilombolas Construindo E Reterritorializando O Território Político E Educativo - Quilombo João Surá” foi desenvolvida com as crianças quilombolas do Quilombo de João Surá, a partir do histórico de luta pelos direitos da terra de seus antepassados e melhores condições de vida para os moradores. Com cunho qualitativo, neste cenário buscamos analisar como as crianças quilombolas de João Surá constroem suas territorialidades e seus próprios processos educativos no território, tendo o compromisso de debater as questões em diálogo com a comunidade, a partir das teorias da infância e dos estudos Decoloniais e Contracoloniais, visando à vivência das crianças no território e os valores civilizatórios afrodescendentes. Os procedimentos metodológicos adotados foram qualitativos, buscando analisar questões históricas e políticas da região sobre a infância, a participação comunitária por meio da consulta livre e prévia e informada dos anciões e lideranças, e de práticas das crianças que constituem a reterritorialização da infância quilombola.

Palavras-chave: infância quilombola; criança quilombola; racismo; criança negra; território quilombola; João Surá.

ABSTRACT

The search “Quilombo Children Building And Reterritorializing The Political And Educational Territory - Quilombo João Surá” research was developed with quilombola children from the João Surá Quilombo, with a history of fighting for the land rights of their ancestors and better living conditions for the residents. With a qualitative nature, in this scenario we seek to analyze how the quilombola children of João Surá construct their territorialities and their own educational processes in the territory, having the commitment to debate the issues in dialogue with the community, based on theories of childhood and Decolonial studies and Countercolonial, they involve the experience of children in the territory and Afro-descendant civilizational values. The methodological procedures adopted were qualitative, seeking to analyze historical and political issues in the region regarding childhood, community participation through free, prior and informed consultation with elders and leaders, and children's practices that specifically re-territorialize quilombola childhood.

Keywords: quilombola childhood; quilombola child; racism; black child; quilombola territory; João Surá

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – IMAGEM DO QUILOMBO JOÃO SURÁ, MORO DA CRUZ TOMADO POR PLANTAÇÃO PINUS	14
FIGURA 2 – REUNIÃO COM OS PAIS SOBRE AS DIFICULDADES VIVENCIADAS NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ	34
FIGURA 3 – OS VALORES AFRO-BRASILEIROS E DA INFÂNCIA QUILOMBOLA	44
FIGURA 4 – PORTÃO PARA NÃO DEIXAR AS CRIANÇAS SAIREM	53
FIGURA 5 – ARAPUCA, ARMADILHAS APRENDEMOS QUANDO CRIANÇA ...	56
FIGURA 6 – COVO PARA CAÇAR PEIXE, ARMADILHAS APRENDEMOS QUANDO CRIANÇA	57
FIGURA 7 – CHEGADA DA BANDEIRA DO DIVINO	60
FIGURA 8 – MATRACA, INSTRUMENTO UTILIZADO PARA RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS	64
FIGURA 9 – SRA. DELFINA COLHENDO ERVAS NO SEU QUINTAL	68
FIGURA 10 – CHIFRE BOVINO UTILIZADO PARA BENZIMENTOS	70
FIGURA 11 – CRIANÇAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO O MAPA DO TERRITÓRIO	72
FIGURA 12 – CRIANÇAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO O MAPA DO TERRITÓRIO	73
FIGURA 13 – CRIANÇA E BEBÊ APRENDENDO A BRINCAR DE CASINHA	77
FIGURA 14 – PARQUINHO DA COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS - CONSTRUÍDO EM 2023	78
FIGURA 15 – PARQUINHO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ	78
FIGURA 16 – NA CASINHA PARA BRINCAR DE BONECA	79
FIGURA 17 – TARIMBA DA DONA MARIA	80

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CRIANÇAS PARTICIPANTES DA PESQUISA - REFERENTE A 2023	37
QUADRO 2 – IDEIA DE CUIDADOS COM AS CRIANÇAS DA COMUNIDADE	39
QUADRO 3 – PLANEJAMENTO DAS VISITAS ÀS CRIANÇAS QUILOMBOLAS	42
QUADRO 4 – BRINCADEIRAS NO QUILOMBO DE JOÃO SURÁ	75

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
ECA	Estatuto dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 NOSSA COMPREENSÃO DE INFÂNCIAS QUILOMBOLAS.....	24
2 OS CAMINHOS DA PESQUISA PARA CONSULTA À COMUNIDADE, FAMÍLIAS E CRIANÇAS	31
2.1 PROCEDIMENTO COM A COMUNIDADE	33
2.2 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS.....	35
2.3 PROCEDIMENTOS COM OS ANCIÕES E LIDERANÇAS	42
2.4 PROCEDIMENTO COM AS CRIANÇAS.....	43
3 OS PRIMEIROS VALORES CIVILIZATÓRIOS QUILOMBOLAS NA VIDA DA... CRIANÇA QUILOMBOLA	45
3.1 A PREPARAÇÃO PARA SUA CHEGADA – A FORÇA VITAL.....	46
3.2 CUIDADOS COM O CORPO DO BEBÊ – A CORPOREIDADE	50
3.3 BATISMO EM CASA – O CUIDADO COM O ESPÍRITO DO BEBÊ –	52
RELIGIOSIDADE	52
3.4 APRENDENDO A ANDAR E A “FUGIR” DE CASA – COMUNITARISMO.....	53
3.5 O QUE APRENDEMOS NA ROÇA – COOPERATIVISMO.....	56
3.6 CIRCULARIA – DANÇA DE SÃO GONÇALO.....	58
3.7 ORALIDADE E MUSICALIDADE	60
3.8 RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS – ANCESTRALIDADE.....	64
3.9 MEMÓRIA SOBRE A LUTA PELA VIDA DAS CRIANÇAS E AS ERVAS.....	66
MEDICINAIS – MEMÓRIA	66
4 CONSTRUÇÃO DO MAPA CARTOGRÁFICO DA INFÂNCIA QUILOMBOLA – RETERRITORIALIZAÇÃO	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86
ANEXO 1 – CARTA DE INTENÇÃO E ANUÊNCIA DE PESQUISA	90
ANEXO 2 – CARTA DE INTENÇÃO E ANUÊNCIA DE PESQUISA	91

1 INTRODUÇÃO

“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”.
(Provérbio africano)

Sou uma mulher negra quilombola, trabalhadora da área da educação, que cresci no território do Quilombo de João Surá e, da minha infância, o assunto sobre a titulação de terras cercam os debates familiares, do café da manhã às madrugadas em volta do fogão (política sempre com comida era mais gostoso, diziam meus tios). Venho de uma família de agricultores e militantes, meu avô, Benedito Pereira (Baitaca), sempre incentivou a compreensão sobre as disputas territoriais do nosso quilombo; meu pai, Antônio Carlos, e seus irmãos e irmã fundaram a associação de moradores da nossa comunidade; minha avó, Joana de Andrade, a matriarca da família, sempre ensinava a todas as netas que lugar de mulher é na “lida”.¹

Em uma tarde de verão, quando eu tinha 9 anos, eu e minha vó Joana socávamos arroz na cozinha de lenha, coberta de Tetra Pak, lembro de um fazendeiro armado chegar a cavalo, perguntando onde meu pai estava, pois, queria tirar satisfação por conta das terras dele. Na ocasião, meu pai estava em uma reunião em Curitiba para conseguir benefícios para a comunidade, lembro da minha avó apavorada, então tomei coragem e pedi para o fazendeiro sair de dentro da nossa casa, e ele falou: “Cala a boca tampinha! Hoje seu pai morre!”

Em outra ocasião, com 7 anos, outro fazendeiro queria roubar as escrituras das terras da nossa família e, sorte nossa, naquele momento, meu pai chegou a tempo de nos alertar que as escrituras eram um documento pessoal, e que, portanto, ele não tinha autorização para tomá-las de nós. Memórias como essas marcaram a minha infância.

A minha filha tinha uns 9 a 10 anos, e ela tem trauma até hoje. Nós vivíamos próximos de meu sogro, o fazendeiro mandou um recado que se nós não saíssemos da terra, eles iriam violentar eu e minha filha, o recado foi dado perto da criança. Meu marido e eu arrumamos as coisas depressa, eu fui para o terreno e meu marido para o cartório para passar as terras para o nome do fazendeiro, perdemos todo o nosso direito, anos de trabalho”. Relato de uma mãe que não quer ser identificada. (Jasmim, 2016).²

¹ Lida é mesmo que “na luta”.

² Jasmim, 54 anos, é um nome fictício, pois a entrevistadora não quis se identificar, devido aos conflitos agrários presentes na região. Entrevista realizada pela pesquisadora em agosto de 2016.

Conflitos como esse estão registrados na história dessa comunidade pela disputa territorial entre um sistema que prioriza sempre interesses econômicos de exploração e tira os direitos e as condições de subsistência e de manutenção da vida. Cada ciclo econômico é marcado pela negação do território mediante diversas violências, e principalmente pela negação do direito à terra, e elas continuam sendo uma realidade dos quilombolas que vivem no campo.

FIGURA 1 – IMAGEM DO QUILOMBO JOÃO SURÁ, MORO DA CRUZ TOMADO POR PLANTAÇÃO DE PINUS



FONTE: A autora (2024).

Essa pesquisa é construída no contexto da Mata Atlântica do sul do Brasil, onde chove e faz frio em boa parte do ano, mas que infelizmente é marcada por enormes desertos verdes de pinus e eucalipto, pesquisa essa situada no período de transição entre os governos Bolsonaro e Lula. A gestão Bolsonaro, marcada por um governo notado por discursos negacionistas e ações racistas e preconceituosas, que

ressaltam a dominação do povo europeu, avançou pouco no sentido de reconhecer as diferentes configurações identitárias. Este trabalho também foi marcado pela transição para o governo Lula (2022) e uma retomada da possibilidade de titulação dos territórios quilombolas. Neste cenário, buscamos analisar como as crianças quilombolas de João Surá constroem suas territorialidades e seus próprios processos educativos no território. Tendo um compromisso de debater as questões em diálogo com a comunidade, respeitando suas trajetórias históricas e políticas. Stuart Hall (1994) estabelece o “eu” enunciativo e posicionado em um determinado contexto histórico e cultural que nos são específicos.

O debate sobre a infância está atrelado aos desafios da Educação Escolar Quilombola e ao território quilombola a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola, instituída pela Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, e ocupam um lugar de centralidade nas negociações e reivindicações para a melhoria do bem-estar social das crianças nos quilombos. Sendo assim, ao longo dos anos obtivemos avanços nas pautas relacionadas à educação, porém, a infância também tem sido alvo de preocupação das lideranças quilombolas. A Educação Quilombola é feita pelas comunidades e parte dos princípios e valores civilizatórios afro-brasileiros, que permitem à comunidade educar as crianças conforme os princípios e valores de cada quilombo e que muitas vezes não estão presentes nas escolas formais de ensino.

(...) da memória coletiva; das línguas remanescentes; dos marcos civilizatórios; das práticas culturais; das tecnologias e formas de produção do trabalho; dos acervos e repertórios orais; dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo país. (Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, 2012, p. 08).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) se preocupa com as crianças enquanto sujeitos de direitos através do projeto Zanauandê³ (2002), no qual realizaram-se os primeiros trabalhos formais para a promoção de ações de defesa, proteção e garantia dos Direitos das Crianças, dos Adolescentes e das Famílias Quilombolas, a fim de identificar subsídios para formulação de políticas de garantia e proteção da infância quilombola.

³ Em iorubá, uma das línguas africanas, significa “criança muito esperada”.

Tendo como marco histórico o Quilombinho, encontro preparatório para o Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas de 2007, que foi realizado durante os dias 18 e 21 de dezembro de 2006, em Brasília–DF. Participaram do encontro 20 adolescentes e jovens de comunidades quilombolas das 05 regiões do Brasil e a equipe técnica composta por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais e organizações da sociedade, para juntos pensar ações em torno das crianças e adolescentes. O I Quilombinho reuniu cerca de 143 pessoas, entre elas crianças, adolescentes, jovens e adultos, acompanhantes e representantes institucionais que colocaram em pauta a infância quilombola.

A falta de política específica para crianças quilombolas afeta os diferentes estágios do desenvolvimento infantil, compromete a garantia dos direitos humanos, dificultando assim o cumprimento da lei de proteção e bem-estar das crianças quilombolas, estabelecida na Constituição Federal de 1998 e no Estatuto da Criança e Adolescente. Pensando nestas circunstâncias, esta pesquisa tem por objetivo investigar quais são os processos educativos de produção de infâncias no território do Quilombo de João Surá, bem como, de forma específica, conhecer ações e práticas educativas comunitárias construídas pelas crianças no território; apresentar a descrição das práticas ancestrais do cuidado com as crianças existentes no território e identificar as narrativas sobre o processo político e infâncias quilombolas na comunidade, com as lideranças e anciões.

Situo essa pesquisa com base nos Estudos das Infâncias e nos Estudos Decoloniais e Contracoloniais, enquanto uma possibilidade de práticas que visam formas outras de vida que rompem com o padrão colonialista. Quando trazemos a discussão sobre populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, dentre outras, falamos também sobre conhecimentos ancestrais, transmitidos de gerações em gerações, sendo o período da infância a primeira fase de maior assimilação dos aprendizados no território.

O tema da infância me interpelou no decorrer da graduação em Educação do Campo LECAMPO, em que meu objeto de pesquisa eram as crianças do quilombo. Ao longo do trabalho, na ocasião percebemos que o debate dos anciões e lideranças estava atrelado ao território e isso me fazia lembrar a todo instante da pergunta que tenho desde criança: “por que as crianças não devem brincar nas árvores das fazendas?” E os adultos respondiam: “isso tudo voltará a ser da comunidade e um dia

poderão brincar sem perigos”. Foi esta vivência que me inquietava e estudar sobre infância me faz pensar todos os dias nos desafios das crianças quilombolas no território “[...] o trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação, fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizaram e libertaram suas mentes” (hooks⁴, 1995, p. 466). Em diálogo com Beatriz Caitana Silva, ela ressalta a importância do debate da especificidade da criança quilombola, sua (in)visibilidade e o papel do Estado e do movimento Social:

A criança quilombola, ora é criança negra, ora é criança quilombola, ou ainda, é criança. Uma abordagem universalista pode não focar algumas especificidades que o lugar, a condição étnica e a condição etária podem acarretar, e uma divisão muito acentuada corre o risco de desconsiderar os diferentes processos de interação social em que as crianças quilombolas estão implicadas. (Silva, 2011, p. 24).

Identificamos no trabalho realizado na graduação, por meio do Trabalho de Conclusão de Curso, que olhar para a infância no território quilombola na perspectiva de compreender a atuação da colonialidade do poder sobre o território, buscando também analisar os conflitos fundiários e quais eram os desafios e potencialidades das crianças quilombolas no território do Quilombo de João Surá, nos mostrou uma lacuna: como a ancestralidade era compreendida no território de João Surá, a partir do debate racial? Para Eduardo Oliveira, esta:

é uma categoria analítica que se alimenta da experiência de africanos e afrodescendentes para compreender essa experiência múltipla sob um conceito que lhe dá unidade compreensiva, sem reduzir a multiplicidade da experiência a uma verdade, mas, pelo contrário, abre para uma polivalência dos sentidos. (Oliveira, 2009, p. 4).

Para José Carlos dos Anjos (2006), a noção de territorialidade tem relação também com o conceito de desterritorialização e sua relação entre território e identidade, sendo este o encontro de linhas diferentes de identidade que tendem a se sobreporem, assim como a se dissolverem para se reconstruírem e o tempo todo se atualizarem, se reconfigurarem.

Falar sobre crianças quilombolas impõe diversos desafios de análise das distintas realidades em cada território, o que cada família considera como cuidado

⁴ O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual.

comunitário. São diversos os desafios para que a infância seja encarada como comum, havendo tamanha pluralidade. Porém, as especificidades ligadas às crianças negras e quilombolas devem ser consideradas, devido ao racismo e suas diferentes manifestações, presente no dia a dia dessas crianças, que coloca diversas barreiras para o acesso ao direito, às políticas públicas e a uma qualidade de vida que deveria ser garantida em seus territórios.

Achille Mbembe (2018, p. 80) fala em seu livro que “Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. A necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos, não é só deixar morrer, é fazer morrer também”.

A história desse quilombo em que as crianças vivem, segundo os moradores, possui o nome de João Surá devido a um garimpeiro de mesmo nome que levava o ouro da região para vender em Iporanga (SP). Ele morreu na cachoeira que desaguava no rio Ribeira de Iguape e recebeu o nome de João Surá. O quilombo existe e resiste há 215 anos de história comprovada, localiza-se a 60 km da cidade de Adrianópolis e é uma das 39 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Possui, aproximadamente, 56 famílias e 125 moradores descendentes de africanos, indígenas, entre outros. O quilombo é conhecido por suas tradições e festas. Ao longo do ano há a Romaria de São Gonçalo, Bandeira do Divino, Mesada dos Anjos, Recomendação das Almas e As Trezenas de Santo Antônio, que se organizam na Associação Remanescentes de Quilombo de João Surá. Desde criança convivemos com essas formas de organização e festejos.

O território de João Surá localiza-se no Vale do Ribeira, Paraná, em Adrianópolis, e está dividido em três núcleos: Poço Grande, Guaracuí e Centro. No centro estão localizadas as escolas municipal e estadual, a Unidade Básica de Saúde e a Igreja Católica. Atualmente a comunidade conta com 55 famílias que vivem da agricultura e do trabalho assalariado, que assegura a estabilidade financeira. Segundo Cruz, Pereira e Komarcheski (2017), os quilombolas reivindicam a titulação de uma área de 6.422 hectares, reconhecida como território quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que segundo os mesmos autores vivenciam historicamente os danos do racismo ambiental, que se destaca pela perda de seu território, mediante o racismo estrutural. Segundo o jurista Silvio Luiz de Almeida (2018), o racismo institucional que opera sobre as instituições que

influenciam a vida dos quilombos é referenciado como:

O conceito de racismo institucional foi enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. (Almeida, 2018, p. 36).

Acompanhado ao Racismo Estrutural, vemos que no caso desta comunidade, ele anda de braços dados com outra prática histórica, que é o racismo ambiental, que, segundo o Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho (CEE-Fiocruz), pode ser definido da seguinte forma:

O racismo ambiental é uma forma de desigualdade socioambiental que afeta principalmente as comunidades marginalizadas, como pessoas negras, indígenas e pobres. Essas comunidades sofrem os impactos negativos da degradação ambiental e da falta de acesso a recursos naturais e serviços ambientais, enquanto as populações mais privilegiadas usufruem de uma maior proteção ambiental e melhores condições de vida. (Centro, 2024).

Visando a superação desses desafios, as famílias se organizam na Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro de João Surá e integram os coletivos estaduais de luta dos quilombos e a CONAQ, para pautar e reivindicar seus direitos pelo território.

O significado da palavra “quilombo” tem origem na língua bantu e no Brasil vem dos grupos étnicos ovimbundu, mbundu, lunda, imgangala, grupos esses escravizados, prática considerada atualmente como uma das grandes tragédias da história deste país. Devido à diversidade de pessoas de diferentes regiões, o quilombo unia os escravizados de diversas influências culturais e linguísticas. Um dos primeiros marcos legais que se refere aos quilombos, na legislação, está no século XVIII pelo Conselho Ultramarino Português, onde se lê: “Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em partes despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles.” (Leite, 2000).

Segundo Flávio dos Santos Gomes (2006), que utiliza as categorias de João Reis e avalia as revoltas dos escravizados da Bahia, há duas interpretações, as culturalistas e materialistas. Entre os autores que irão abordar as concepções culturalistas podemos citar Arthur Ramos, Edison Carneiro e, posteriormente, Roger

Bastide, todos a difundir esses estudos nos quais “quilombos” representavam apenas um fenômeno “contra-aculturativo” e originava-se na “persistência da cultura africana”, em resposta ao permanente processo de “aculturação” da sociedade escravista (Gomes, 2006).

A partir de 1960, sobre os estudos materialistas, autores como Clóvis Moura apontavam críticas aos culturalistas devido ao não apontamento dos debates da luta de classes. A corrente de pensamento em si não estava preocupada com a discussão nos quilombos, mas sim sobre a formação do povo brasileiro e seus processos de formação.

Ainda em tempos atuais, vemos a ideia de quilombo enquanto comunidades cristalizadas no tempo que perpetuam o imaginário racista e invisibiliza as comunidades quilombolas, como é o caso dos livros didáticos que encontramos nas escolas do ensino Fundamental.

Os próprios textos contestatórios, bem como as narrativas heroicas, épicas e libertárias, enfatizadas por próceres abolicionistas e epígonos de diferentes matizes, sugerem estar contaminados pelos marcos jurídicos instituídos no século XVIII e reproduzem acriticamente, no momento atual, seu suposto significado original. (Alfredo Wagner Berno Almeida, 2011, p. 34).

Somente na Constituição Federal de 1998, com os debates e reivindicações do Movimento Negro, houve a inclusão do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em que se explicita aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, assim como os artigos 215 e 216 da CF 88, e evidenciam-se a necessidade da construção de um texto para o Art. 68 do ADCT em que o significado de quilombo é reconhecido constitucionalmente na legislação brasileira. Na mesma legislação brasileira fica reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

Devido ao amadurecimento dos debates dos quilombolas que reivindicam a titulação de terras, a categoria “remanescente de quilombo”, partindo dos estudos antropológicos, passa a enfatizar a identidade étnica e a territorialidade. E por meio do Decreto Federal nº 3912 de 2001, que passa a orientar as disposições sobre a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação, e que só seriam demarcadas as terras até 1988. É apenas com o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que revoga todos os artigos do decreto anterior e passa a considerar quilombolas como

“grupos étnicos raciais, com critério de autoatribuição, com processo histórico” (Decreto 4.887/2003, artigo 2º).

Apesar das diferentes origens de formação das comunidades negras e dos diferentes usos e compreensões do território, terra tem centralidade na vida das comunidades quilombolas. É ela que liga o grupo à sua história e dá sentido à existência presente. Da terra tiram seu sustento, organizam sua vida. Foi sinônimo de luta e liberdade para seus ancestrais e assim o é, no momento presente. Nesse sentido, percebemos a indissociabilidade do território, enquanto espaço de identificação e pertença, da dimensão política, enquanto espaço de relações de poder. (Gelard, 2019, p. 22).

Portanto, a ideia de território para o debate da infância quilombola é fundamental e indissociável, sendo esse responsável para a compreensão de infância quilombola neste lugar que reafirma território e sua identidade, por meio dos costumes e crenças, trazendo os aspectos políticos, econômicos, ancestrais como resistência de um povo negro e seus embates na superação de diversas manifestações do racismo, presentes na vida das crianças desta comunidade.

Ainda há muito que precisa ser feito. No ano de 2022, estudo realizado pela Base de Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE de 2020 indica que há 1,3 milhão de quilombolas espalhados pelo Brasil, dado considerado um recorde inédito do censo. Porém, dados específicos sobre as crianças quilombolas ainda precisam ser mais qualificados para a superação dos desafios que temos para acessos a políticas públicas para crianças nos quilombos.

Os atrasos nos processos de reconhecimento dos territórios, paralisação dos procedimentos e a não previsão para titulação geram instabilidade das famílias, assim como a burocratização de outras políticas públicas. Vale ressaltar, também, que as terras onde estão os quilombos são áreas que preservam a natureza, o modo de vida que não destrói, mas sim, contribui para a produção da vida.

Os números dos relatórios da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) dão conta de mostrar como este novo cenário vem se traduzindo em agravamento da violência no campo. Entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números subiram 10.384 conflitos, que atingiram 5,5 milhões de pessoas, confiando que o impeachment de Dilma Rousseff teve também, por efeito, o aprofundamento de uma política anti reforma agrária, expropriatória e violenta nas áreas rurais do país. (Pastoral da Terra, 2022, p. 08).

Em meio às batalhas com fazendeiro, construir reivindicações para trazer

melhorias para todos da comunidade e construção das pautas, me chamava a atenção que em todos os espaços de formação as mulheres pautavam a construção de parquinho para as crianças. Porém, vivemos diversas contradições que fazem as pautas serem invisibilizadas, como apresentadas por Silva e Borba:

Como reflexões preliminares, identificou-se dois paradigmas contraditórios do sistema/mundo: o primeiro, baseado no colonialismo e na colonialidade, conduz um projeto de morte para a América Latina através das monoculturas agrícolas e dos grandes empreendimentos de mineração, enquanto o segundo parte das resistências e da energia de descontentamento (decolonialidade) latino-americanas, defendendo a adoção de relações entre ser humano e natureza, pautadas em projetos que promovam vida. (Silva; Borba, 2021, p. 141).

Para debatermos a infância quilombola é necessário um olhar para o processo histórico de colonização dos territórios. Crianças essas, resistências do sistema da escravidão, atualmente brincam e convivem com seus familiares em quilombos espalhados em diversas regiões no país. É o mesmo sistema de dominação da colonialidade do poder, que atua com um padrão global das relações de dominação e exploração do trabalho, da natureza, de gênero, da objetividade e da alteridade. Restrepo afirma:

[...] Con colonialidad del poder y con raza, se trata de categorías centrales de la inflexión decolonial que han sido objeto de amplias conceptualizaciones por parte de los miembros de la colectividad. Otra noción central en la inflexión decolonial ha sido la de colonialidad del saber; no obstante ha sido objeto de una elaboración menos cuidadosa y amplia que las anteriores. (Restrepo, 2010, p. 131).

Antônio Bispo afirma que uma forma de se trabalhar com a compreensão contra a colonização é seguir a ideia de respeitar os processos de resistências.

Vamos entender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação ou até a substituição de uma cultura pela outra, independente do território físico ou geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos entender por contracolonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contracolonizadores, os símbolos e significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (Bispo, 2015, p. 48).

Para avançar nas ideias sobre a infância quilombola é necessário retomar a história da sociologia da infância e como processos de colonização europeia interferem na vida de crianças em quilombos para aprofundarmos a análise.

1.1 NOSSA COMPREENSÃO DE INFÂNCIAS QUILOMBOLAS

O debate sobre crianças é recente na história da humanidade, a partir do século XVIII, com o Iluminismo, a criança passa a não ser considerada enquanto um pequeno adulto, somente após esse período a infância é alvo de preocupação da família e da sociedade. A partir do século XIX, as pesquisas avançaram na medicina e psicologia que buscavam compreender o pensamento da criança. Para Prout James, a infância pode ser entendida como:

1. A infância é entendida como uma construção social. 2. A infância é uma variável de análise social. 3. As relações sociais e culturais das crianças são dignas de estudo em seu direito próprio. 4. As crianças são e devem ser encaradas como ativas na construção e determinação de suas próprias vidas. 5. A etnografia é uma metodologia particularmente útil para o estudo da infância. 6. Ao proclamar um novo paradigma dos estudos da infância também está a empenhar-se numa reconstrução da infância na sociedade. (Prout; James, 1990, p. 8 *apud* Coutinho, 2016, p. 15).

Os primeiros estudos específicos e de relevância social foram por meio da sociologia denominada de Sociologia da Infância, que considerava as crianças de pouca idade, que construíam seu dia a dia a partir de uma determinada conjuntura, sendo elas sujeitos de direitos e produtoras de cultura. Segundo Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade:

A Sociologia da Infância costuma fazer, contra a orientação aglutinante do senso comum, uma distinção semântica e conceptual entre infância, para significar a categoria social do tipo geracional, e criança, referente ao sujeito concreto que integra essa categoria geracional e que, na sua existência, para além da pertença de um grupo etário próprio, é sempre um actor social que pertence a uma classe social, a um gênero, a um grupo racial etc. (Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade, 2010, p. 52).

A França e a Inglaterra foram os precursores nos estudos sobre a infância. Os franceses trazem a ideia da infância como objeto sociológico, com a ideia de que a criança é um sujeito passivo nos processos. Na perspectiva inglesa, concentra-se no mundo da infância. Cabendo a crítica que nem uma e nem outra trazem debates sobre raça, classe e gênero. No Brasil, as primeiras pesquisas com crianças foram realizadas nos estudos de Florestan Fernandes, em 1940, reconhecendo a criança como agente de socialização, além de José de Souza Martins, que debateu sobre as

“crianças sem infância”. Não podemos esquecer das contribuições de Virgínia Leone Bicudo, trazendo as preocupações das relações raciais nas infâncias. Ambas as ideias preocupadas com questões latentes como a fome, ideias diferentes da Europa, que traziam a realidade do nosso país, porém não apresentavam a diversidade de raça, classe e gênero.

As contribuições de Fúlvia Rosemberg na investigação das relações sociais inauguram o debate na perspectiva da psicologia social, enfatizando as condições de desigualdades existentes entre homens e mulheres, com a preocupação com as publicações para as crianças e como elas eram socialmente representadas.

Somente em 1990 Miguel Arroyo fez uma defesa da ideia de infância ser vista do ponto de vista plural, sendo ela não estática e nunca igual (Galard, 2019, p. 28): “o conceito infância-criança, onde a infância seria uma condição da criança e que suas experiências vividas são muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida”.

Com os estudos de Míghian Danae Ferreira Nunes (2016), vemos a preocupação com as questões raciais na infância.

[...] é importante ressaltar que precisamos de mais estudos que vejam a criança negra não apenas a partir da violência a ela endereçada ou reproduzida, ou seja, precisamos de estudos que se aproximem das crianças, também, pelo que são e fazem, como organizam suas experiências, enfim, como vivem suas vidas de crianças [...]. (Nunes; Correia, 2016, p. 91).

A “Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança” (1924) foi o primeiro instrumento do direito internacional para a infância, sendo um esforço dos ativistas europeus para a melhoria da qualidade de vida das crianças em esfera global, porém, em âmbito de transição para a garantia da proteção às crianças, afirmando seus deveres, independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou credo. No âmbito da legislação brasileira, as preocupações com a infância, a relevância descrita às responsabilidades do Estado brasileiro, a garantia da proteção e defesa dos direitos da infância e da juventude, firmado no Art. 24º, inciso XV, afirma que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a proteção à infância e à juventude. Ficando a cargo da União legislar, nos estados, legislação suplementar, e nos municípios, as ações de fato para a garantia da proteção e defesa.

No que se refere à proteção à infância, o Art. 203 da Constituição Federal de

1988, por sua vez, afirma que esta deve ser feita via Assistência Social, e independentemente de contribuição à seguridade social. O Art. 227º da Constituição Federal declara ainda que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Brasil, 1988).

Retomando para a infância quilombola, torna-se necessário um olhar interdisciplinar para onde essas crianças se encontram, além de avançar na concepção de que a criança quilombola é aquela que está no quilombo, para investigar quais outros aspectos constroem a infância nesses locais de resistência desde o século XVI, sendo uma infância vítima dos processos de colonização, constituída por exploração e expropriação de seus territórios, e que até dias atuais enfrentam o esquecimento do poder público que afetam de forma sistemática a vida destas.

Crianças quilombolas são herdeiras de povos trazidos de África dominados e expropriados de seus territórios, do seu corpo e da sua alma, tendo seu ser escravizado no Brasil, vendidos como mercadoria e que se refugiavam nos quilombos, tendo-os como um local de liberdade, na busca por melhores condições de sobrevivência e resistindo aos processos de escravização de seus corpos.

José Bernardino Costa (2018) afirma que a colonialidade e seus conjuntos de valores e saberes construídos perpetua e faz permanecer no tempo a dominação de outros povos, tendo na dominação colonial um padrão único e civilizatório de inferiorização de outras vidas, que hierarquiza a raça, o gênero e dominam o saber e o ser, a racionalidade do que é o moderno e do que é atrasado, a colonialidade da natureza e da vida, dizendo quem pode viver ou não. É um mundo em guerra de dominação, que influencia até hoje a vida das crianças negras em comunidades quilombolas de todo o país.

O povo negro traz em sua memória e na sua centralidade toda forma de resistência, para isso é importante contar a história a partir do nosso ponto de vista, a partir daquilo que entendemos como o fundamental. Como diria Antônio Bispo (2020), “começo, meio, começo”, sendo assim importante entender a vida na totalidade, desde a infância até os anciões. Entender que a vida faz parte desse processo

complexo e abrangente e que a criança faz parte desse momento da vida que é agora, é o presente. Entender que temos desafios conjuntos e que defendemos as crianças de toda a contradição que o sistema colonial nos colocou no passado e que até hoje influencia nossas vidas.

Antônio Bispo, ao analisar as diversidades de pensamento, parte da ideia de que confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta, se mistura, ou seja, nada é igual. Por assim ser, a confluência rege também os processos de mobilização proveniente do pensamento dos povos politeístas, ele também propõe a necessidade de realizar e avançar no debate colonial e construir a contracolonialidade. É a partir dessas leis que se geram grandes debates entre a realidade e a aparência, ou seja, entre o que é orgânico e o que é sintético (Bispo, 2015, p. 89).

A história de todas as infâncias que passaram por aqueles quilombos resiste aos diversos processos de conflitos agrários e conflitos urbanos. Cabe a nós entendermos quais são as formas de resistência da comunidade na tentativa de proteger essas crianças, visto ainda as dificuldades que o sistema político brasileiro ainda tem no avanço de políticas públicas para as crianças que estão no campo e também nos quilombos.

Uma comunidade inteira está em função de contribuir para que essas crianças cresçam, aprendam e vivenciem toda a potencialidade que a ancestralidade traz em sua oralidade, em seus conhecimentos, que muitas vezes não são valorizados pela ciência, mas que contribuem para a resistência de todos. Segundo José Carlos dos Anjos (2006), propor uma filosofia política da religiosidade afro-brasileira é pensar no deslocamento de um terreiro do "eu" para abordar as diferenças existentes na apreensão dos Orís⁵, abordando-as na encruzilhada.

Historicamente vemos os quilombos do Vale do Ribeira surgir a partir da costa do Rio Ribeira de Iguape, no estado de São Paulo, no século XVI, pelos portugueses que começaram a explorar os minérios, sendo a primeira atividade econômica que utiliza a mão de obra escravizada de negros e negras vindos do continente africano, território esse ocupado também pelos grupos indígenas Tupi Guarani.

A exploração de minérios em decadência levou à fixação dos negros e negras

⁵ Significa cabeça, lugar que abriga os Orixás, estes que são as entidades sagradas cultuadas pelo povo de santo.

e seus descendentes ao longo do Rio Ribeira de Iguape e de seus afluentes, que produziam alimentos para consumo regional, deram origem a outros ciclos econômicos, como o arroz. Ao término deste ciclo, no século XIX, dá-se origem às comunidades negras no Vale do Ribeira.

Segundo o Ministério Público Federal de São Paulo, em seus estudos antropológicos, afirma-se a existência de comunidades quilombolas há mais de 300 anos de existência, sendo responsável por toda a diversidade cultural existente nesta região.

As representações de definição de quilombo no formato clássico, com medidas nas características e representações sobre o Quilombo de Palmares, não condizem com a realidade atual, lugares de negros fugidos e isolados, sem olhar para o papel fundamental na construção sociocultural e identitária. Partindo dos debates sobre quilombos ao longo da história, a constituição étnica das comunidades leva a compreender o que ocorreu após o período do escravismo e as formas de organização e resistência do povo quilombola.

Atualmente, a região vive um processo de resistência das comunidades negras a diversos processos minerários, com maior proporção no alto Vale do Ribeira, e que, aos poucos, avançam para o médio e baixo Vale. Em 1832, tem-se o registro da descoberta das primeiras jazidas de minério de chumbo na região, no município de Iporanga (SP) e, em 1919, a primeira jazida explorada com fins comerciais, sendo o minério exportado para a Espanha (Paiva, 1929; Leonardo, 1934 *apud* Silva, 1997, p.60). Desde então, a exploração se intensificou na região, sendo que até 1954 toda a produção de minério de chumbo do país saía das minas do Vale do Ribeira (Daitx, 1985 *apud* Silva, 1997).

Outro processo de resistência que vale ressaltar, nos anos 1990, foi decorrente da promulgação das leis ambientais que restringiam o modo de uso dos recursos da Mata Atlântica. O estado de São Paulo se destaca no cenário político por conta dos projetos de construção de barragens no rio Ribeira de Iguape (Isa, 2017, p. 12). Em decorrência desse processo, as comunidades quilombolas criaram o Movimento dos Ameaçados por Barragens, que há mais de 30 anos reivindica a não construção da Usina Hidrelétrica Tijuco Alto e das PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas - Itaóca, Funil e Batatal e lutam por políticas públicas para as comunidades ribeirinhas.

Outra questão que gera conflitos no território é a sobreposição dos Parques sobre os territórios quilombolas, impedindo que as pessoas façam o uso sustentável da terra, da água e da biodiversidade. O Estado estabelece as Unidades de Conservação (UCs) sem diálogo com as comunidades. A disputa é pautada nas restrições ao uso dos recursos naturais, impostas pelas UC's, e no direito ao território tradicionalmente ocupado, hoje amparado por um leque de legislações e políticas públicas que tratam os sujeitos que ali convivem há mais de 300 anos como invasores. Vale ressaltar que a floresta existe por conta das práticas de conservação sustentável.

Novamente esses conflitos nos colocam questões sobre a infância quilombola e a necessidade de titulação dos territórios para que se garanta os direitos do bem-estar das crianças em seus territórios.

Por fim, essas concepções sobre a infância discutidas no século XX no continente europeu não consideram as perspectivas e especificidades do povo negro escravizado, e que até dias atuais não tem acesso ao território, que diante da luta, brincar e conviver se tornam processos políticos de resistência pelo reconhecimento da diversidade dessas infâncias nos quilombos, que experienciam diariamente com os conflitos territoriais.

Diante dos desafios citados, presentes diariamente na vida das crianças nos âmbitos histórico, social, político e econômico, propomos pensar sobre a infância que se reconstitui a cada geração no quilombo, tendo como ponto de partida, a reterritorialização, porque cada infância é única (construção de suas memórias), e a diversidade (pelas pluralidades de sujeitos políticos). Elas irão reconstruir o quilombo a partir dos contextos históricos, durante sua fase de crescimento, resistindo com seus familiares pela permanência e conquista de seu território.

Portanto, ter o compromisso de fazer a luta contracolonial contra o sistema de dominação é essencial para a superação dos desafios e potencialidades que iremos apresentar sobre a infância quilombola do Quilombo de João Surá. Crianças que resistem com suas famílias e guardam memórias fundamentais para o fortalecimento do bem-estar de crianças nos quilombos de todo Brasil.

No primeiro capítulo discutiremos sobre o contexto da pesquisa, o local onde está sendo realizado o campo desta pesquisa, contextualizando os posicionamentos teóricos, políticos e econômicos, bem como o que é infância na perspectiva de quem vivencia diariamente o território quilombola de João Surá.

No segundo capítulo apresentaremos os procedimentos da pesquisa a partir da consulta livre, prévia, informada, garantida pela Convenção Internacional do trabalho - OIT 169, em que, durante a pesquisa, foi consultada a comunidade, a associação de moradores, também os pais e as crianças, sobre os procedimentos adotados para a análise dos resultados apresentados.

No terceiro capítulo traremos as discussões realizadas no território em torno das ervas medicinais, que preservaram as crianças negras quilombolas em um tempo em que o Estado não garantia as políticas públicas necessárias para a manutenção da vida dessas crianças no território e os conhecimentos ancestrais foram fundamentais no território de João Surá. Muitos desses conhecimentos se encontram em memória de pessoas adultas e das lideranças da comunidade que relatam sobre o processo de organização para a manutenção do modo de vida no território.

No quarto capítulo (Pedagogia do cuidado) discutiremos sobre os cuidados da Criança, em suas diversas fases da infância, desde o cuidado ao nascer com as mães, até elas caminharem pelo território, compreendendo como é importante para a manutenção da vida dessa comunidade o brincar e viver no território, construindo seus processos de aprendizagem e cognição.

No quinto capítulo abordaremos os valores quilombolas, transmitidos pela ancestralidade para as crianças, em diversos contextos da tradição, passados de gerações e gerações, por meio de festividades, oralidade, musicalidade vivenciadas em diversas épocas durante o ano.

E por fim, no último capítulo, destacamos, por meio da cartografia social, a atualidade da Infância e da comunidade em que as crianças desenham quais são suas percepções sobre o lugar onde elas vivem, debatendo como é extremamente importante para o desenvolvimento infantil o seu modo de viver o território.

2 OS CAMINHOS DA PESQUISA PARA CONSULTA À COMUNIDADE, FAMÍLIAS E CRIANÇAS

A metodologia está calcada nos estudos sociológicos da infância quilombola e nos estudos decoloniais e suas relações com o território e os racismos. A metodologia tem como base a pesquisa qualitativa que, para Minayo (2001), “[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados”. Consideramos procedimentos metodológicos tradicionais da academia para trabalhar com o tema criança a fim de dar embasamento a esta pesquisa e aos processos de consulta à comunidade via protocolo de consulta para levantar as experiências construídas pelas comunidades como forma de resistência às imposições da norma padrão pelo sistema jurídico, que devem ser adotadas para proteção das crianças, a fim de evitar más interpretações sobre os processos políticos de cada quilombo, permitindo assim a compressão da infância na totalidade em cada comunidade.

Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposto e interpretado, em primeira instância, pelos próprios pesquisados (Minayo, 2001, p. 23). Com cunho de pesquisa etnográfica, para Mattos e Castro, no campo da socioantropologia e/ou da sociologia da educação, podemos afirmar que existe uma atração entre as áreas de exclusão social e as pesquisas etnográficas, isto é, o “etnoe”, que é um radical grego que significa “o outro”, escrever sobre o outro, mas na perspectiva dele. Tendo como referência Mattos e Castro (2011, p. 35), utilizo combinação das ferramentas de entrevistas, fotos, registros no diário de campo, em que anoto todas as observações das saídas de campo. Sarmiento (2003), citado por Delgado e Müller:

Escreve que a etnografia visa apreender a vida, tal como ela é cotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais. A vida é, portanto, plural nas suas manifestações, imprevisível e ambígua nos seus significados. Isso nos desafia a renunciar definição de critérios universais de verdade, assim como nos instiga a pensar nas crianças como capazes de interpretar e dar novos sentidos às relações que experimentam com o mundo, com outras crianças e adultos. Nos estudos etnográficos analisamos os aspectos simbólicos e culturais da ação social, os aspectos da existência que se revelam fundamentais na interpretação dos enunciados, as em opções e os sentimentos; como as pessoas envolvidas no estudo atribuem sentidos para os fatos da vida; como interpretam suas experiências ou estruturam o mundo no qual vivem. (Delgado; Müller, 2005, p. 169).

Segundo Gelard (2019), é fundamental o uso das experiências dos sujeitos africanos e afro-diaspóricos e suas realidades para a pesquisa acadêmica, tendo as

crianças como sujeitos da pesquisa, em especial as crianças negras e quilombolas. Em outras palavras, a importância de trazer a perspectiva da metodologia a partir da afrocentralidade para que essas crianças se sintam representadas.

A observação participante e os registros escritos, fotográficos ou em vídeo são fundamentais, pois permitem documentar o processo de pesquisa e coletar dados que não seriam possíveis de serem obtidos verbalmente. As técnicas visuais individuais ou em grupo permitem que a criança expresse suas ideias e sentimentos de maneira criativa. Por fim, os diários de campo servem para que o pesquisador registre seus achados, impressões e *insights* durante o processo de investigação.

O campo de Investigação será o território do Quilombo de João Surá, buscando os diferentes aspectos: a memória, a ancestralidade, a oralidade, a ludicidade e a organicidade deste quilombo em específico às crianças, tendo como material empírico as vivências das crianças no território; entrevistas e fotos/vídeos, memórias/narrativas e os mapas de vivências e diário de campo, no qual trago minhas observações destes anos de pesquisa e memórias da minha infância.

Para objetivo das narrativas sobre o processo político, conversaremos com as lideranças e anciões para perguntar sobre as suas experiências com o processo político das infâncias quilombolas na comunidade. Buscaremos entender melhor as suas perspectivas e como eles enxergam o papel dos quilombolas na comunidade. “Na pesquisa qualitativa, geralmente, utilizam-se recursos como: entrevistas (com perguntas abertas e fechadas), história de vida, entrevista oral, estudo pessoal, mapas mentais, estudos observacionais, observação participante ou não” (Mattos; Castro, 2011, p. 34).

Na metodologia etnográfica, para Mattos, pode-se seguir os seguintes procedimentos:

Fazer etnografia, portanto, é dar voz a uma minoria silenciosa; é caminhar em um mundo desconhecido; é abrir caminhos passando das contingências para a autodeterminação, para inclusão na escola, na vida social, no mundo da existência solidária e cidadã. Fazer etnografia é um pouco de doação, de ciência, de dedicação e de alegria, de vigor e de mania, de estudo e de atenção. Fazer etnografia é perceber o mundo estando presente no mundo do outro, que parece não existir mais. (Mattos; Castro, 2011, p. 45).

É por meio das observações e das ferramentas que a etnografia nos permite observar no dia a dia os comportamentos e sentimentos das crianças, assim como compreender como elas entendem o mundo a sua volta. Os registros nos diários de

campo pessoal irão contribuir para a análise de acontecimentos e comparação.

[...] O Diário de Campo, utilizado como instrumento de registro, assegura a precisão dos dados coletados pela observação. Devem ser registrados as ocorrências e os diálogos estabelecidos entre o pesquisador e o sujeito entrevistado, e os registros mais amplos que englobam a descrição dos eventos e o exercício de síntese e de compreensão dos dados pelo pesquisador. Neste diário não se registram as entrevistas formais, mas observações sobre conversas informais, comportamentos, gestos, expressões que digam respeito ao tema pesquisado. (Minayo, 2004, p. 67).

Em seguida apresentaremos a seguinte estrutura: a) Consulta das lideranças via carta de anuência; b) Consulta com a comunidade via reuniões; c) Consulta com as famílias via visitas; d) Anciões via memória e resistência da infância quilombola, e) observações com as crianças e práticas atuais com as crianças.

2.1 PROCEDIMENTO COM A COMUNIDADE

Por intermédio da orientadora, construímos uma carta de autorização/anuência da comunidade para que pudéssemos realizar a pesquisa com as crianças da comunidade. A nossa preocupação em relação à segurança e aos dados que serão colocados à disposição nesta pesquisa é de que as famílias se sintam confortáveis com a nossa presença nos espaços coletivos e nos recebam em suas casas.

Em agosto de 2022, realizei uma reunião com os pais na associação de moradores para consultá-los sobre a pesquisa no território. Analisando essas configurações sociais, é necessário reivindicar uma educação que faça sentido para as crianças desta comunidade, e respeitar o seu modo de ser e de viver, e que suas famílias e comunidade sejam consultadas para que seus processos pedagógicos e sua organicidade sejam coletivos, atendendo aos critérios estabelecidos no documento Consulta Livre Prévia Informada das Comunidades Quilombolas do Paraná. Em fevereiro de 2021, a FECOQUI (Federação das Comunidades Quilombola do Paraná) em conjunto com o Movimento das Mulheres Quilombolas do Paraná (MMQPR) solicitaram ao Núcleo de Defesa dos Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais (NUPOVOS/IFPR) a organização de um curso sobre o Protocolo de Consultas com intuito de elaborar, ao final este documento, conforme dispõe a Convenção 169 da OIT em seus artigos 6º e 7º relativos ao direito à Consulta Livre,

Prévia e Informada, um documento organizando essas consultas.

(...) Nós, comunidades quilombolas do Paraná, nos organizamos em torno desse protocolo para reivindicar o direito à consulta da OIT 169, pois não aceitaremos mais que projetos governamentais e de empresas privadas que afetam nosso povo e território sejam realizados sem a Consulta Livre, Prévia e Informada. Pedimos, portanto, que a Lei seja cumprida e que nosso direito à consulta seja respeitado de forma adequada e com boa-fé. (Protocolo de Consulta às comunidades Quilombolas do Paraná. p. 05).

Mesmo tendo a convivência com as crianças no dia a dia, avaliamos que seria necessário realizar o processo de consulta com a comunidade para que soubesse exatamente quais seriam os encaminhamentos da pesquisa. Durante uma reunião com a presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro de João Surá, falamos sobre a importância da pesquisa e pedimos uma reunião com os pais para conversar sobre os problemas que as crianças estavam vivenciando na comunidade. No anexo I encontra-se o termo de anuência assinado pela presidente da comunidade, pela pesquisadora em campo e pela professora orientadora, contendo o período da pesquisa, que estávamos à disposição para iniciar os processos de consultas com a comunidade e vice e versa.

Nós lutamos em Adrianópolis, muito tempo para ter uma escola na educação infantil que valorizasse a nossa cultura, o jeito nosso, infelizmente a escola é tão padronizada que temos dificuldades na relação com secretária do município, nós lideranças temos que investir na luta para que as crianças pequenas valorizem a cultura negra no município, que a escola esteja aberta para as lideranças e pais para trazer a nossa cultura para dentro da escolinha. (Antônio Carlos de Andrade Pereira, 56 anos, liderança da comunidade quilombola de João Surá, 2023)⁶.

Mesmo que as diretrizes nacionais da educação escolar quilombola orientem os municípios a como lidar com as escolas que recebem os estudantes quilombolas, o cenário que encontramos é um completo descaso com as crianças quilombolas. O Sr. Antônio Carlos cita a necessidade de se fazer o movimento contrário na Educação Infantil, cada município responsável pelas escolas necessita reconstruir em seus Projetos Político-pedagógicos e complementar a especificidade e diversidade de cada território. Por esse motivo, este trabalho não trata do chão da escola, mas um movimento contrário, que busca levar as contribuições do território para a Educação

⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora em maio de 2023.

Escolar Quilombola.

2.2 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO ÀS FAMÍLIAS

Essa conversa com os pais foi um momento de aproximação das famílias para dialogar sobre as crianças e sobre os próximos passos, tentando compreender as dificuldades e as potencialidades que o campo apresentava neste momento. A reunião aconteceu no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, na ocasião os pais debatiam sobre os problemas da não participação dos pais nos processos da educação formal na Escola Municipal do Campo de João Surá.

FIGURA 2 – REUNIÃO COM OS PAIS SOBRE AS DIFICULDADES VIVENCIADAS NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ



FONTE: A autora (2022).

Durante esse período foi possível fazer um levantamento de quais eram as crianças, as idades, a configuração familiar e em qual núcleo essas crianças estavam localizadas, quem me ajudou bastante nesse momento foi a agente de saúde da comunidade, pois ela tinha todos esses levantamentos no computador dela.

Nos debates com os moradores chamo atenção para o que era considerado “ser criança” para os moradores da comunidade, essa idade de 0 aos 12 anos era o momento em que a infância era construída, a ideia do cuidado que se deve ao conviver, socializar e compreender esse período da vida. Considera-se neste quilombo como criança de 0 a 12 anos, indo contra o marco legal da 1ª infância: Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016, art. 2º: “Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.”

A pesquisa “Primeira Infância Quilombola: é preciso uma comunidade inteira para se criar uma criança”⁷ foi realizada no âmbito da CONAQ e apresentada ao Coletivo de Mulheres Quilombolas da CONAQ como uma ação devolutiva a fim de avaliar se as hipóteses levantadas se confirmam entre as mulheres quilombolas, maiores responsáveis pelo cuidado nas comunidades. O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, em seu art. 2º afirma: “considera-se criança, [...] a pessoa até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos”. Por entender esses direitos, compreendemos que a discussão no âmbito do direito das crianças é fundamental. No art. 3º afirma que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, (...) assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Brasil, 1990).

No ECA, no que se refere às crianças e adolescentes, levando em consideração o termo “quilombo”, vemos que a Lei n.º 12.010, de 2009, na Seção III, art. 28º, que versa sobre a adoção de uma criança quilombola por uma família substituta, se diz:

Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. Em seu parágrafo 6º discorre que (...) § 6º Em se tratando de criança ou adolescente indígena, ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo, é ainda obrigatório. I - que sejam consideradas e respeitadas sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições,

⁷ Essa pesquisa teve grande importância nacionalmente, pois a CONAQ se propõe a coletar dados por meio de pesquisas online com as lideranças para saber um panorama de crianças quilombolas de 0 a 06 anos. E que até o momento da escrita desta pesquisa não foi publicada pela organização.

bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos por esta Lei e pela Constituição Federal; II - que a colocação familiar ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia. (Brasil, 1990).

É só na Resolução nº 181, emitida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de 10 de novembro de 2016, que a interpretação dos direitos e adequação dos serviços às crianças e adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil que as comunidades e crianças quilombolas são consideradas dentro de suas especificidades. A mesma pesquisa afirma que:

Sem um território para viver, fica mais difícil transmitir os conhecimentos e os ensinamentos de uma geração para outra. A Terra e o Território são os grandes pilares da vida em comunidade e da continuidade dos saberes quilombolas. Negar o direito dessas comunidades aos documentos e propriedade de seus territórios é roubar a herança coletiva das crianças quilombolas, e uma tentativa de extermínio de um povo e de seu futuro. ("Primeira Infância Quilombola: é preciso uma comunidade inteira para se criar uma criança". (Não publicado).

A tabela abaixo foi atualizada para o ano de 2023 para termos mais noção de como a infância estava desenhada no território durante o período da pesquisa.

QUADRO 1 – CRIANÇAS PARTICIPANTES DA PESQUISA - REFERENTE A 2023

Nome	Idade	Família	núcleo de Moradia
Chuchu	11	Pai, Mãe e 5 irmãos	Poço Grande
Berinjela	1	Pai, Mãe e 5 irmãos	Poço Grande
Brócolis	7	Pai, Mãe e 2 irmãos	Poço Grande
Pepino	10	Pai, Mãe e 2 irmãos	Poço Grande
Alface	5	Pai, Mãe e 2 irmãos	Poço Grande
Beterraba	3	Pai e mãe	Poço Grande
Abóbora	8	Pai, Mãe e 1 irmã	Poço Grande
Coentro	6	Pai, Mãe e 1 irmão	João Surá
Salsinha	11	Pai, mãe e 1 irmão	João Surá
Cebolinha	4	Pai, Mãe e 3 irmãos	João Surá
Amendoim	7	Pai e mãe	João Surá
Batata	12	Mãe	João Surá
Inhame	4	Pai e mãe e 1 irmão	João Surá
Endro	9	Mãe, pai e 2 irmãos	João Surá
Erva doce	5	Mãe, pai e 2 irmãos	João Surá
Alho	3	mãe, avó, 1 tia e 1 irmã	João Surá
Limão	5 meses	mãe, avó, 1 tia e 1 irmã	João Surá
Gengibre	7	mãe, 2 avós, 1 tio	Guaracuí
Pimenta	11	Pai e 4 irmãos, 1 sobrinha	Guaracuí
Chicória	6	Avô, mãe, 4 tios	Guaracuí
Rabanete	6	Pai, Mãe e 2 irmãos	Guaracuí

FONTE: A autora (2023).

As informações contidas na tabela ajudaram a buscar as informações de cada criança e quem realiza os cuidados dela e em quais núcleos elas estavam, para planejar como e quando as visitas iriam acontecer. Nesta mesma reunião elaboramos três perguntas para dialogar com os pais sobre o ser criança e como os pais pensavam sobre o sujeito criança. Entre as perguntas destaquei o cuidado que devemos ter, e como a ideia de cuidado é abordada pelas famílias, para entender narrativas sobre o processo político e infâncias quilombolas na comunidade, com as lideranças e anciões.

Consideramos a proteção da identidade das crianças fundamental para este trabalho, desta forma, não divulgar seus nomes e suas informações é um esforço para que a privacidade dessas crianças seja respeitada da melhor forma possível, mesmo sabendo que se visitar, talvez identifique as casas e as famílias aqui citadas, mas a

proteção e o cuidado é uma grande preocupação nossa.

Na tabela acima percebemos as diferentes formas de configurações familiares em diferentes núcleos, prevalecendo a figura do feminino sendo responsável pela manutenção da vida das crianças, mulheres essas de baixa renda ou professoras do colégio na comunidade. A maternagem da mulher quilombola tem papel fundamental até nos processos de pequenos passos das crianças, a partir do fugir de casa a criança também se torna de responsabilidades da comunidade, processos esses que iremos discutir adiante. Reagan (2005) lembra que a formação do caráter da criança, de seus valores morais e espirituais, é responsabilidade da família, mas também de toda a comunidade.

Mas no que se refere às mulheres, para Givânia Maria da Silva, falar de/nas/com as mulheres quilombolas envolve uma série de questões territoriais essenciais para compreensão do lugar de contribuição da mulher em relação à infância no quilombo.

É falar de territórios que em alguns momentos se conflitam, porém existem e coexistem ao mesmo tempo, pela resistência. Se isso são lutas femininas ou uma das faces do feminismo negro, são essas mulheres que terão que afirmar, já que as lutas não se separam. As mulheres quilombolas lutam pelo pertencimento ao território, pela regularização fundiária, pela saúde, pela educação e por políticas públicas, que são, ao mesmo tempo, políticas para a coletividade quilombola. (Givânia Silva, 2019, p. 89).

Esse cuidado se expressa em uma reunião realizadas com as famílias das crianças em que perguntei para as mães os seguintes questionamentos:

QUADRO 2 – IDEIA DE CUIDADOS COM AS CRIANÇAS DA COMUNIDADE

Quais os cuidados que devemos ter com nossas crianças?	O que recomendamos as crianças fazerem?	Quais políticas públicas necessárias para as nossas crianças?
<ul style="list-style-type: none"> - Cuidar com pessoas de fora; - Com os carros de fora; - Irem sozinhos para rio; - Cuidado com cobra; - Cuidado com água suja; - Não brincar sozinho no campo por conta de bois; - Cuidado com o que coloca na boca; - Crianças mais novas; - Cuidado com música com palavrões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Brincar de dia; - Brincadeiras saudáveis; - Estudar; - Sair do celular e da TV; - Conversar mais com os mais velhos; - Ler mais; - Ir à igreja; - Não faltar na escola e Catequese; - Ajudar os pais na lavoura e nos serviços de casa; - Que as lideranças acompanhem as pautas relacionadas às crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de mais livros infantis; - Monitor no transporte escolar; - Atividades de formação e lazer para além da escola; - Menos alimentos industrializados; - Menos agrotóxico na comida.

FONTE: A autora (2022).

Durante o dia é comum as crianças circularem pela comunidade para brincar nos espaços coletivos e acabam entrando em propriedades particulares, como as fazendas de reflorestamento de pinus e as fazendas de gado no entorno da comunidade. Na pergunta “Quais os cuidados que devemos ter com nossas crianças?” chama atenção de primeiro momento a resposta “cuidar com as pessoas de fora e com os carros de fora” por estar num contexto em que existem muitos quilombolas que trabalham no reflorestamento de pinus e Eucalipto, na comunidade há uma alta circulação desses trabalhadores de outras comunidades ou de outras cidades e também há alta circulação de carros transitando de uma comunidade para outra. Com as crianças brincando durante o dia pela comunidade, o cuidado umas com as outras é necessário para que nada de ruim aconteça a elas. O cuidado também se estende a animais de grande porte⁸, como os bois e vacas da fazenda ao lado das propriedades do quilombo, que ficam muitas vezes no caminho da escola ou escapam e ficam circulando pela comunidade.

Durante as brincadeiras pela comunidade as crianças mais velhas têm o dever de ensinar às crianças mais novas quais os perigos que estão correndo pelo território, quais são as plantas e frutas venenosas, quais animais são peçonhentos e que não se deve brincar, ensinam quais animais e plantas não devem tocar e os lugares que

⁸ O porte está relacionado com o tamanho dos animais, exemplo, animais pequenos, médios e grandes.

não devem ir sozinhas, como os rios, barrancos altos e pedras que possam oferecer riscos de tombamento, elas aprendem umas com as outras como devem subir nas árvores altas, como devem cair no chão e também como não se machucar durante as brincadeiras. É comum ver que algumas crianças não têm paciência de ensinar a outras e ficam bravas com a criança mais nova para andar rápido para acompanhar o ritmo das brincadeiras, contribuindo para o desenvolvimento motor da criança. Quando os pais se referem a ter brincadeiras saudáveis, é para as crianças mais velhas ensinam às mais novas a não se machucar, a não xingar, a não falar palavrões ou escutar músicas/ações que não são para idade delas e não ofender durante as brincadeiras.

Na conversa com os pais apareceu também a importância da participação das crianças nos espaços da igreja, da escola, da associação e nas tarefas de casa, que as crianças vivenciam todos esses lugares, para aprenderem, conversarem com todos que estão presentes nesses lugares, dos mais velhos aos mais novos para que elas possam assimilar o máximo possível as informações e aprender com essa comunidade o máximo que podem para que elas assimilem as práticas comunitárias.

Em relação às políticas públicas, a pergunta foi feita na tentativa de compreender como as famílias enxergam o acesso das crianças a essas políticas. Percebemos que o olhar das famílias está atrelado à escola, como o transporte escolar, alimentação escolar e a educação formal. Durante a conversa, os pais se queixavam de não conseguirem dialogar com a Secretaria de Educação sobre as questões da educação quilombola nos primeiros anos do ensino fundamental e de não terem abertura e nem políticas de acesso a creches ou espaço para que a infância aconteça em locais adequados, como o exemplo das cirandas infantis ou creches, pois essa política pública parece estar muito distante das comunidades quilombolas-camponesas.

A falta de acesso a livros infantis foi bastante destacada pelas mães, pois na comunidade há uma dificuldade de acesso aos livros que estão nas escolas municipais e também não existem outras fontes de empréstimos de livros infantis, considerados pelos pais muito caros para comprar e disponibilizar para as crianças. Segundo Carolina Maria de Jesus, em Quarto de Despejo (1960), “As crianças ricas brincam nos jardins com seus brinquedos prediletos. E as crianças pobres acompanham suas mães a pedirem esmola pelas ruas. Que desigualdade trágica e

que brincadeira do destino.”

Observa-se também a cobrança das lideranças em relação às crianças, na ocasião a comunidade estava construindo o regimento interno (que são as regras que os moradores da comunidade devem respeitar para que o convívio seja da melhor forma possível no território), os pais falavam sobre a possibilidade de incluir as crianças durante esse momento de planejamento, sobre o que são direitos e deveres da criança na comunidade. Cobrando também mais ações por parte das lideranças para as crianças.

2.3 PROCEDIMENTOS COM OS ANCIÕES E LIDERANÇAS

Para a realização deste trabalho, estabelecemos, junto com as lideranças, a seguinte metodologia: por meio das entrevistas, buscando analisar as narrativas sobre o processo político e infâncias quilombolas na comunidade, com as lideranças e anciões utilizando as memórias em relação à infância. Marcamos também a entrevista com as lideranças, e anciões, levamos em consideração conhecimentos sobre as ervas medicinais, limites dos territórios do quilombo e dos benzimentos e rituais de eventos, eventos religiosos e cura das doenças.

Tratando-se de uma comunidade católica, onde 95% dos moradores são adeptos a essa religião, uma ponta de entrada para as entrevistas era perguntar das primeiras orações que aprenderam quando crianças e se eles/as se lembravam dessa oração. As respostas lembravam que eram versinhos, além da oração do “Pai-Nosso”, que foi bastante citada durante as entrevistas.

Marcamos entrevistas com o Sr. João Martins, o Sr. Antônio Carlos de Andrade e a Sra. Alice Pontes no sentido de buscar conhecimentos sobre o território e cuidados das crianças. João Martins de Andrade e Antonio Carlos de Andrade conhecem todos os limites do território, desde os núcleos até os limites do Parque das Lauráceas, onde o acesso é proibido aos moradores do entorno, por tratar-se de reserva permanente. Nos aspectos políticos, eles ajudaram a construir a associação de moradores e estão na linha de frente na luta quilombola. A Sra. Alice é enfermeira e filha do senhor “Paulico”, ela alia os conhecimentos aprendidos no curso da enfermagem com os conhecimentos ancestrais de seus pais. Foram realizadas entrevistas com Paulo (Paulico) e Delfina de Andrade por serem os anciões que as comunidades recorrem para saber os conhecimentos históricos sobre a sobrevivência

das crianças, retratando os aspectos.

2.4 PROCEDIMENTO COM AS CRIANÇAS

Primeiro marcamos encontros com os pais, para pedir permissão para visitar suas casas e identificar e observar as práticas das crianças. Observando as fases de desenvolvimento das crianças, separamos as visitas nos três núcleos: Poço Grande, João Surá e Guaracuí.

QUADRO 3 – PLANEJAMENTO DAS VISITAS ÀS CRIANÇAS QUILOMBOLAS

Organização das visitas	Quais Crianças
Visita 1	Chuchu e Berinjela
Visita 2	Brócolis, Pepino e Alface
Visita 3	Beterraba e Abóbora
Visita 4	Coentro, Salsinha, Cebolinha, Amendoim, Batata, Inhamé, Endro, Erva Doce, Alho, Limão
Visita 5	Gengibre
Visita 6	Pimenta, Chicória e Rabanete

FONTE: A autora (2022).

A partir do planejamento, buscamos pedir autorização para as famílias, com o objetivo de visitar as crianças em suas casas para que a família pudesse se preparar para me receber. Para que eu pudesse ver a rotina das crianças, algumas mães me informaram que o melhor horário para visitar as crianças era no turno da manhã, pois à tarde elas estavam dormindo.

Nas visitas nas casas das crianças era possível observar os seus brinquedos, os lugares onde brincavam, os recursos que a natureza oferece, com as árvores e rios onde brincam, também eu era sempre convidada a brincar por algumas horas, antes do horário delas irem à escola.

O processo de visitar o lugar do brincar nos faz pensar em diversas potencialidades pedagógicas de aprendizagem, que só são possíveis de aprender nesses espaços, como a nadar, sobre os peixes, o que as crianças podem ou não comer de frutas; é possível verificar que as crianças mais velhas ensinam as mais novas a desenvolver habilidades motoras, que sozinhas e sem espaço do brincar levaria mais tempo para se desenvolver.

Para além das visitas, adotamos como metodologia a cartografia social, para compreender como as crianças veem o território atualmente. Por meio dos desenhos em um mapa da comunidade, foi possível verificar a composição geográfica, as

estruturas das casas, seus medos, alegrias e como percebem os conflitos no local em que vivem, bem como nos impelem a pensar as crianças e suas circunstâncias dos espaços temporais, vivenciando os diferentes lugares ao longo da história.

Ao assumir a participação das crianças na pesquisa como sujeitas, consideramos o diálogo da criança-adulto e do adulto-criança; as suas perceptivas, interpretações de mundo, buscando o protagonismo infantil. Durante as observações a campo, registrei no caderno de campo alguns diálogos feitos.

3 OS PRIMEIROS VALORES CIVILIZATÓRIOS QUILOMBOLAS NA VIDA DA CRIANÇA QUILOMBOLA

Apesar dos recentes estudos em curso na perspectiva da decolonialidade sobre a infância, precisamos considerar a especificidade das crianças quilombolas, principalmente aquelas que estão em comunidades quilombolas, bem como os desafios e possibilidades no território de criar e recriar seus próprios modos de vida. Buscamos aqui analisar a infância nas especificidades do Quilombo de João Surá e dos seus valores civilizatórios afro-ancestrais encontrados nas práticas cotidianas desta comunidade.

Neste capítulo, apresentaremos os valores civilizatórios a partir dos conhecimentos dos moradores aprendidos por seus antepassados que encontramos em alguns ritos da tradição do Quilombo de João Surá. Trata-se de diversas tradições religiosas que atravessam gerações, e que os primeiros contatos acontecem na infância no quilombo, algumas mais praticadas que outras, e que varia de família para família. Podemos citar a partir deste desenho os 10 valores culturais de descendência africana: Circularidade, Religiosidade, Corporeidade, Musicalidade, Cooperativismo/Comunitarismo, Ancestralidade, Memória, Ludicidade, Energia Vital/Axé e Oralidade.

FIGURA 3 – OS VALORES AFRO-BRASILEIROS E DA INFÂNCIA QUILOMBOLA



FONTE: A autora (2024).

A partir das manifestações culturais existentes em João Surá, citamos os valores afro-brasileiros que são mais aparentes, mas que no íntimo todos os valores

se manifestam de alguma forma em todas as práticas que iremos citar. Conforme Luz (2000), há uma linha de continuidade de princípios e valores capazes de estruturar códigos e relações sociais.

regem a vida que eles garantem a expansão dos valores civilizatórios, mesmo quando ameaçados pelas conjunturas históricas mais desfavoráveis, como foi o caso da luta contra a escravidão e o colonialismo. (...) Na Afro-América, especialmente no Brasil, o legado africano se expandiu de tal forma que hoje vivemos da mesma maneira os princípios e os valores desta tradição civilizatória, apesar de algumas transformações que, todavia, não alteram em sua totalidade a dinâmica constituinte de um mesmo continuum. (Luz, 2000, p. 31).

Portanto, de acordo com Jessé da Cruz (2023), podemos definir que os valores estão atrelados:

(...) portanto, um conjunto de princípios 'tirados' de práticas, discursos, atitudes, jeitos de sentir e ver o mundo típico dos grupos sociais afrodescendentes. Não constituem um todo uniforme ou pactuado, pois depende da população analisada e do ponto de vista do analista. (Cruz, 2023, p. 101).

São práticas comunitárias que acontecem sem uma lógica de início, como diria Nego Bispo, “começo, meio e começo”, como os desenhos das crianças, sem lugares de hierarquias que vêm antes ou depois, que se retroalimentam nesse território pelas crianças quilombolas, que são potências capazes de transformar os processos formais de educação. Potencializar valores em diversas práticas é uma forma de continuidade das nossas ancestralidades. Com o corpo das crianças quilombolas se contam histórias, se visibilizam e se expressam por meio do brincar, reafirmando que o corpo humano conta a história de um povo que vive em cooperação e coletividade, neste momento do presente, o agora.

3.1 A PREPARAÇÃO PARA SUA CHEGADA – A FORÇA VITAL

A preparação para a chegada da criança ao quilombo envolve dois corpos, o da mulher e o que está sendo gerado - o feto que está sendo concebido. A contar com a decisão da mãe de gerar esse bebê, eles passarão por diversos desafios, desde os primeiros meses até o nascimento e a sua chegada ao mundo. Estando distante da assistência de saúde, a mãe vai em busca de uma equipe médica especializada para

garantir os pré-natais, realizados na cidade de Adrianópolis, há 60 km do quilombo. Pelo Sistema Único de Saúde as gestações são acompanhadas pela equipe médica de saúde do município e depois encaminhada para a cidade de Curitiba, 5 horas, ou Apiaí, 3 horas, da comunidade. Na comunidade não há mais parteiras, então as mães e as crianças são destinadas aos hospitais mais próximos, há sempre a preocupação nas vésperas do parto com o deslocamento das mães para cidade, devido às más condições das estradas, ou por receio de qualquer imprevisto. Por meio da luta das famílias, no ano de 2022 a associação de moradores, com apoio da prefeitura municipal, destinou um carro para atendimento dessas emergências, o que facilitou o deslocamento das gestantes. Segundo Sra. Dalila, os partos feitos por parteiras foram proibidos na região:

Carla: Dona Dalila, por que os partos em casa foram proibidos?

Sra. Dalila: Olha, Carla, antes quando eu tive filhos, eu tive em casa, mas já as mulheres novas foram indo para o hospital. Lá os médicos diziam que as parteiras não tinham conhecimento das ciências do corpo humano, que morriam muitas mulheres no parto, porque faltava conhecimento para as parteiras. (Dalila, 83 anos, 2023).⁹

A desvalorização das parteiras e doulas contribuíram para o apagamento da história dessas mulheres, e parte dos conhecimentos também se perdeu, sendo essas mulheres criminalizadas por meio da difamação, descaracterizando a sabedoria que há séculos socorreu diversas mulheres na comunidade, quando a dita ciência de hospital não chegava até os quilombos.

Diante das preocupações com a saúde da mãe e do bebê, em especial com a hora do parto, os conhecimentos sobre as medicações naturais são difundidos pela oralidade e são passados há décadas. Tendo como guardiões, os chamados benzedores atuam no instante em que a energia vital da terra, por intermédio das ervas medicinais, protege as infâncias e as mães. Com objetivo de uma passagem tranquila entre o corpo da mãe e o mundo em que vivemos, os benzedores e as benzedoras são as pessoas que ainda resistem com as práticas de cuidados com as crianças nas comunidades quilombolas em Adrianópolis. Como exemplo destas práticas, temos as garrafadas, feitas com as ervas medicinais, em que benzedoras e benzedores têm um papel fundamental de ir em busca das ervas que agilizam esse

⁹ Entrevista realizada pela pesquisadora em março de 2023.

processo do parto.

Carla: Qual é o remédio que ela pode tomar para ajudar a criança a vir ao mundo?

Sra. Delfina de Matos: Pois é, Carla, o remédio que eu sabia, que eu sei, é banho, que até é uma mulher bem antiga, também que fazia. O nome dela é Sebastiana. Essa mulher era parteira, daí ela ensinava uma erva por nome de sete encruzilhadas. É. Daí ela cortava aqueles galhos, fazia aquele banho para mulher. (Delfina de Matos, 84 anos, 2023).¹⁰

A Senhora Delfina de Matos (84 anos) não é benzedeira, mas conhece as ervas porque aprendeu com seus pais e avós e também vivenciou diversos partos na comunidade quando as parteiras assumiam um papel fundamental, quando auxiliavam as mães no nascimento das crianças. Alice Pontes (56 anos), enfermeira de formação, auxilia as gestantes com as ervas medicinais como uma forma natural de alívio das dores:

Alice: Para mulher, quando ela está grávida, não é qualquer medicação, qualquer erva que ela pode tomar. Já foi arrumado e não é qualquer erva que pode tomar. Porque existem os remédios frescos, né? As ervas frescas e as ervas que têm são calóricas também. A hortelã-pimenta também não pode tomar. (Alice Pontes, 56 anos, 2023).¹¹

Há alguns cuidados em relação às ervas no que se considera ervas frescas e ervas quentes, Alice explica:

Alice: Erva-doce pode tomar, né? Que é fresco, o aipo pode tomar, a hortelã também. Essas ervas a gestante pode tomar. Aí o hortelã-pimenta, que eu te falei, não pode tomar. O endro também não pode tomar porque são ervas calóricas. Eles são calóricos, porque ele arrisca matar a criança. Uma que pode fazer um aborto né? (...) Artemísia também não. Não pode tomar quando a gestante está grávida. (Alice Pontes, 56 anos, 2023).¹²

Outro fator que os benzedores e mães ficam atentos é a mudança da lua sobre os nascimentos, durante esses momentos há uma expectativa para a chegada, geralmente é quando as mães se deslocam para a cidade. A comunidade sempre reza pedindo intercessão para que a mãe não tenha complicações durante o parto.

Carla: O senhor fazia garrafada para mulher ganhar filho mais rápido?
Paulico: Quando a mulher está desregulada, né? Não é erva. Erva, erva vai

¹⁰ Entrevista realizada pela pesquisadora em março de 2023.

¹¹ Entrevista realizada pela pesquisadora em março de 2023.

¹² Entrevista realizada pela pesquisadora em março de 2023.

à pinga, o bom é outro, o vinho. O vinho tem mais potência, vai dar certo para você o vinho, porque aí essa é coisa que você deve aprender. Você pega uma garrafa de vinho, pega um peixinho, peixinho você conhece, né? Porque casco de anta, forro de paca, mostarda, semente que só eu tenho aí. E faz um rapa, um pouquinho fora, e queima o casco de anta, também que é difícil quem tenha esses ingredientes, eu tenho porque eu sempre passo por isso, muitas pessoas me procuram. Eu rezo pela mãe, a criança. (Paulico, 86 anos, 2023).¹³

O Senhor Paulico (como chamamos na comunidade) destaca a necessidade de haver um equilíbrio entre a mulher, a natureza e a criança, compreender como as ervas medicinais funcionam é essencial para não colocar em risco a vida da mãe e da criança. Algumas das práticas de garrafada fazem sentido para a comunidade por conta do bioma da mata atlântica, que disponibiliza nos diversos recursos da fauna e flora que auxiliam neste primeiro momento da vida. Para Santos (1976), o axé, no sentido do candomblé, “é a força que assegura a existência dinâmica, que permite a produção e o devir” (Santos, 1976, p. 39). Essa transmissão de conhecimento é transmitida do seu Paulico para Alice, que é sua filha, e que também tem um papel fundamental de repasse desses ensinamentos para nós mulheres:

Alice: E aí quando a mãe está para ter essa criança, ela pode tomar alguma erva para adiantar o parto, é quando a gestante está para trabalho de parto. Ela pode tomar, fazer o chá do coentro que o coentro tem dois tipos. É o coentro igual a salsinha e tem aquele, de folha larga. Então o de remédio é o de folha de igual a salsinha. Você pode fazer o chá do coentro, tomar o chá do coentro, e pode fazer o banho também do coentro. Que tanto o coentro vai acelerar o parto, função do parto, e a mulher vai ganhar com menos dor. Olha, tem formas de facilitar? Tem, tem formas de facilitar. (Alice Pontes, 56 anos, 2023).¹⁴

As práticas são consideradas pela comunidade como recursos para proteger as infâncias ainda no útero da mãe, é o cuidado com os dois. Outro cuidado comunitário em torno das crianças quilombolas consistia também nos momentos de fome extrema, quando outras famílias assumiam os cuidados das crianças em seu território para que elas tivessem vida digna. O cuidado comunitário da infância considera o bem-estar da criança, prezando pela sua segurança, sua saúde, e todas e todos da comunidade têm o dever de contribuir para sua formação como quilombola no território, respeitando os valores ancestrais do cuidado com o ser humano e a natureza.

¹³ Entrevista realizada pela pesquisadora em setembro de 2023.

¹⁴ Entrevista realizada pela pesquisadora em abril de 2023.

3.2 CUIDADOS COM O CORPO DO BEBÊ – A CORPOREIDADE

Segundo José Carlos Rodrigues (1986, p. 45), não há processos biológicos específicos do comportamento humano, pois o corpo sempre representa a sociedade. As transmutações que os homens impõem ao corpo, além de mudar conforme a cultura, também ocorrem em um mesmo grupo conforme as características dos segmentos sociais (Gomes, 2003, p. 79). Para a criança quilombola, as mudanças corporais acontecem desde os seus primeiros dias de vida.

Segundo os anciões da comunidade, desde o nascimento, inicia-se o desenvolvimento do seu sistema imunológico e espiritual. Em épocas em que as condições sanitárias eram precárias e faltavam vacinas, eram frequentes os quilombolas desenvolverem mecanismos para não expor as crianças às infecções, doenças e “mau-olhado”. Com os anos, houve a mudança dos nascimentos para o hospital, alguns costumes mudaram, como, por exemplo, o que a Sra. Defina conta:

Carla: E para o umbigo, assim para secar mais rápido e não inflamar nada? Fazia o quê?

Sra. Delfina de Matos: A gente evitava não molhar. Não molhar. Não molhar ninguém. A partida, ela fazia aquela simpatia que ela passava na tesoura, mas isso eu não lembro para cortar. Vai amarrar ou aquele lugar bem forte para não sair sangue. E aí deixava ali. Para gente na hora de dar banho não podia molhar. E daí ia secando, secando daí tinha umas horas que ele caía assim por cima, o papo caiu, o umbigo a gente pegava e entregava. Hoje em dia não sei o que é fácil, as mães já ganham tudo no hospital né? Mas meu filho ganhou tudinho da parteira. Eu enterrava no terreiro de casa assim não pegava uma árvore ou dentro de casa mesmo no barband¹⁵ da casa. Ali ficava a terra destruída. E não podia deixar o bicho comer. (Delfina Matos, 80 anos, 2023).¹⁶

Também o cuidado com o cordão umbilical deve ser realizado até o momento que caia e depois devia ser enterrado no terreiro da casa da família. Percebemos que algumas doenças eram muito frequentes anteriormente e que também marcaram a memória dessas pessoas. Por exemplo, o ataque das lombrigas, é muito comum ver as pessoas mais velhas falarem sobre remédios caseiros que auxiliam contra as bichas ou as chamadas lombrigas. Remédios como sementes de mamão, sementes de legumes em geral auxiliam no tratamento contra essas doenças, que são muito

¹⁵ Beiral do telhado que fica no entorno da casa.

¹⁶ Entrevista realizada pela pesquisadora em abril de 2023.

comuns na infância.

Chamou a atenção também os remédios para crianças como hortelã, elefanta, erva-de-santa-maria, esses remédios têm uma concentração de ativos mais fracos, que auxiliam, segundo os mais velhos, nas dores que as crianças têm. Sra. Dalila, 75 anos, ensina:

[...], mas a criança quando nasce, que às vezes tem dor de barriga, tem bastante cólica, o remédio é fazer chá. Chazinho de hortelã, chá de poejo, fazer chazinho para a criança beber. Esse eu sei, mais de benzimento eu não sei. (Dalila, 83 anos, 2023).¹⁷

Devido ao convívio destas crianças restringirem-se ao ambiente familiar e ainda por considerarmos que, neste período, a criança passa por várias modificações no crescimento e desenvolvimento e, conseqüentemente, deve apresentar uma demanda de cuidados específicos relacionados à alimentação, estimulação motora e cognitiva, higiene, dentição, sono e repouso (Morais, 2013, p. 25).

Ainda há pessoas que afirmam existir doenças tratadas somente por benzedores e curadores e que não são doenças que médicos, que os últimos podem até auxiliar, mas que só as ervas são capazes de curar as crianças de susto, quebranto e réstias. E que somente aqueles que ouvem os seus mais velhos conseguirão resolver esses problemas de forma imediata.

Percebemos o conhecimento atrelado ao território para a manutenção da vida das crianças, o domínio das estratégias para manutenção da infância neste lugar que são os quilombos, precisa ser resgatado, pois auxiliaram e continuam auxiliando a manutenção da infância negra viva nos quilombos. As crianças estão vivas por conta do cuidado comunitário passado por meio dos conhecimentos da ancestralidade. Por estas razões, pessoas de ascendência africana estão condicionadas a sua corporeidade e oralidade como um codificador de memória (Inocêncio, 2006, p. 57). E para Jessé Cruz (2023) “O corpo coletivo revelou-se o mantenedor dos valores herdados das sociedades africanas e está intrinsecamente ligado à coletividade e à comunidade. Os colonatos notavam o corpo individual apenas como força de trabalho, meio de produção.” (Cruz, 2023, p. 111).

¹⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora em março de 2023.

3.3 BATISMO EM CASA – O CUIDADO COM O ESPÍRITO DO BEBÊ – RELIGIOSIDADE

Há uma preocupação com o cuidado, proteção com espírito das crianças. É comum ouvirmos diversas histórias em que os moradores acreditam que o batismo livra as crianças de perseguições, como cobras, bruxas e ouro que encanta as crianças, este é dos primeiros rituais de celebração e inserção na comunidade.

No processo educacional, a religiosidade tem grande importância, pois ensina a maneira correta de se comportar na comunidade. Desta forma, está rigidamente ligada aos valores da memória e da CIVILIZAÇÃO ancestral, com contornos que têm poucos limites. (Cruz, 2023, p. 118).

Segundo a tradição quilombola de João Surá, todas as crianças devem ser batizadas o quanto antes. O batismo pode acontecer na casa da família, onde se deve convidar a benzedeira para a festa de nascimento da criança.

Paulico: É assim, uma criança sem batizar é o mesmo que você ter um porco, no caso não tem nome, não é cristão, né?

Carla: Por que vocês acham que criança tende a pegar mais mau-olhado?

Paulico: O espírito dele continua falso. Daí ele tende a pegar mais, é por isso que tem que batizar. (Paulico Andrade, 86 anos, 2023).¹⁸

A família convida os padrinhos e madrinhas para testemunhar o momento, eles são responsáveis em auxiliar na criação dessa criança, sendo uma espécie de segunda família. Não há um número estabelecido de padrinhos, podem ser todos que estão presentes no dia, ou aqueles que os pais confiam em conceder essa responsabilidade.

Sra. Dalila: Eu sei que é rezado para São João. Na hora de pegar água deve pedir para São João abençoar aquela água. Para fazer o batismo, isso é o que meus pais falavam. Agora, na hora de batizar, a oração a ser feita é o pai nosso, o credo e a salve-rainha. Pega alguma folhinha, assim... põe na água e na cabeça da criança com a folhinha. Dá o prato ali, põe um pouquinho de sal naquela água e daí na hora de batizar é uma abinha. Segura a criança e o padrinho pega o raminho e molha no prato de água e passa na cabeça três vezes, falando que eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Vai de novo lá e fala de novo, te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Três vezes. Aí depois a gente reza. A gente reza o Pai-Nosso. Vem dos pais... todo mundo que está ali no momento são os padrinhos. É o padrinho e o pai, se tiver presente, todos ficam em silêncio naquela hora ouvindo a oração. Depois se faz comida para receber... A gente fazia, né?

¹⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora em setembro de 2023.

Porque o batismo nunca pode ser de tarde. Sempre na parte da manhã. Antes do meio-dia. Pedindo para São João abençoar aquela água, porque São João aqui é o chefe do batismo, porque São João batizou Jesus, né? Você sabe disso. (Dalila, 83 anos, 2023).¹⁹

Esse dia é considerado uma grande festa. Para comemorar o batismo, a família oferece um banquete, podendo ser um almoço ou um jantar para festejar o grande acontecimento, a chegada desta criança ao mundo. Todos rezam o terço, a benzedeira é responsável por pegar água do rio corrente e, com ramo, perguntar se todos concordam com o batismo. Com óleo na fonte da criança é colocado o sinal cristão, e os padrinhos dão a benção ao seu afilhado.

A espiritualidade, quando relacionada à religiosidade, não se baseia exclusivamente nas crenças e féis, mas sim nos valores civilizatórios para cada comunidade. Para os moradores do Quilombo de João Surá é essencial que as crianças cresçam sabendo e convivendo com os valores aprendidos com seus antepassados e pela palavra de mansidão da espiritualidade, momentos de grande festa compartilhados em comunidade. Essas tradições repassadas por meio da oralidade são habilidades comportamentais para se viver em comunidade, pois dependemos uns dos outros, hoje você precisa de um favor, amanhã serei eu que precisarei. É fundamental que as forças se unam para a luta dos objetivos maiores, independente das diferenças de pensamentos. A luta pelo território e a melhoria da vida dos moradores da comunidade são fundamentais. Quanto às crianças, desde logo são ensinadas a ser uma criança que cumprimenta a todos, que tenha afeto com seus mais velhos, cultivando o carinho e respeito com as demais crianças.

3.4 APRENDENDO A ANDAR E A “FUGIR” DE CASA – COMUNITARISMO

No dia 20 de setembro 2023, uma das crianças fugiu da mãe por algumas horas, a mãe, preocupada, escreveu no grupo de WhatsApp se alguém havia encontrado brincando pela comunidade. Quando os estudantes do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e moradores viram a mensagem, pararam o que estavam fazendo para procurar a criança, que estava escondida na Dona Clarinda. Meu Diário de Campo dia 25 de setembro, 2023.

Durante os percursos de visitas às famílias, onde havia crianças de 3 a 5 anos, observamos que existiam portões pequenos nas entradas da casa. Esses portões

¹⁹ Entrevista realizada pela pesquisadora em setembro de 2023.

servem para cercar as crianças dentro de casa, pois elas estão na fase de “fugir” de casa. Este foi um termo recorrente, pois esse processo faz parte da rotina da família, as crianças estão passando pela fase do engatinhar para andar em pé. Esses pequenos portões contribuem para a proteção contra estradas ou contra perigos que ainda não conhecem, como animais peçonhentos, entre outros animais que podem oferecer algum tipo de risco. O momento que elas ainda não sabem caminhar, correr, mas que estão explorando esse território e acabam muitas vezes caindo pequenos tombos ou comendo determinados alimentos que são venenosos. É comum algumas intoxicações com sementes de mamona, amoras, guarandi, uva do Japão, cogumelos entre outros.

FIGURA 4 – PORTÃO PARA NÃO DEIXAR AS CRIANÇAS SAIREM



FONTE: A autora (2024).

Durante as pequenas fugas, a criança, com auxílio dos adultos, acaba conhecendo o entorno da casa, os buracos que ali existem, os animais, os vizinhos, lugares possíveis de brincar. Durante uma visita de campo aconteceu o fato de uma criança fugir de casa e a família sair procurando onde ela estava. Então os alunos da escola, preocupados com essa criança, saíram da mesma forma, os moradores partiram de suas casas à procura de onde estava a criança. Assim percebemos que o cuidado com as crianças acaba sendo de todos e todas do território quilombola.

Outra preocupação dos moradores, principalmente no núcleo centro, são os

diversos carros “estranhos” que circulam pelas estradas devido à intensa atividade com a madeira. Trabalhadores de diversas regiões se concentram pela comunidade em determinados períodos de plantio e colheita de pinus e eucaliptos. Sempre que alguém chega em uma casa, sabe que ali há uma criança, ou animais, que se deve ter cuidado de não deixar o portão aberto, para que a criança não fuja, mantendo assim o cuidado coletivo com as crianças.

Por viver na comunidade e os laços de parentesco serem próximo da família, a criança pode contar com o apoio dos demais familiares: padrinhos, madrinhas e de todos que vivem no quilombo para aprender o necessário para a manutenção da vida neste território.

O autor Abib (2005) explica a diferença de “comunidade” e “sociedade” citando Tönnies. A primeira é “concebida como um lugar de mobilidade e anonimato, a segunda como uma vida orgânica real” (Tönnies, 2005 apud Abib, 2005, p. 208). Ele reafirma:

Estas tradições só resistem às transformações impostas pela modernidade, justamente por preservarem, ainda que de forma ambígua, (...) as formas e os modos pelos quais as relações sociais se estabelecem no seio daquilo que mais se aproxima da definição de comunidade utilizada por Tönnies. Portanto, os processos de transmissão presentes no universo da cultura popular têm como base para sua efetivação a vivência em comunidade, pois só essa característica permite que os princípios, aqui já discutidos, como a memória, a oralidade, a ancestralidade e a ritualidade possam ser enfatizados de maneira a garantir que os processos de aprendizagem social dos sujeitos se realizem com base na cultura e nas tradições daquele grupo social. (Abib, 2005, p. 211).

O sentimento de viver em comunidade estabelece que tenhamos um bom diálogo, saber conviver para fazer com que os trabalhos coletivos fluam da melhor forma possível, pois precisamos construir a organicidade para a melhoria da vida no quilombo, tais como consertos, ajudas para quem precisa, festas e dias de unção²⁰ - são os dias em que temos o compromisso de auxiliar para que essas atividades se realizem. São nesses momentos que compartilhamos como nossos antepassados faziam, rezavam e cantavam.

²⁰ São orações de santos nas casas das famílias, geralmente as pessoas recebem outras famílias para rezar para o santo da casa, e em seguida há uma refeição com café.

3.5 O QUE APRENDEMOS NA ROÇA – COOPERATIVISMO

*Lembro da roça de feijão do meu pai, ele havia colhido 10 saca de feijão, porém o feijão carunjo, e perdemos boa parte da colheita. Mesmo criança me lembro do sentimento da tristeza e de como meu pai se preocupava com as águas diminuindo, com as queimadas que os fazendeiros faziam, e como a falta de perspectiva de viver na comunidade e da roça.
Memórias do diário de campo da minha infância*

Para garantir a sobrevivência no território, na infância é importante que as crianças aprendam algumas estratégias com os mais velhos. A roça se torna a nossa primeira sala de aula, onde conhecimentos e valores são ensinados e aprendidos. Conhecer os cuidados com as plantas, com a terra, o respeito com a natureza, aprender como se relacionar com a terra e também com os animais. Em consonância: “a agricultura quilombola é tipificada como uma agricultura tradicional, pois é fruto da associação de técnicas e manejos agrícolas africanos trazidos pelos escravos, que se associaram às técnicas e manejos da agricultura dos povos indígenas que aqui habitavam” (Fideles, 2006, p. 28).

Aprendemos quais são as madeiras mais indicadas para fazer um pilão, a mão de pilão, para fazer um burro, aquele que irá ajudar a espremer a seiva da mandioca antes de ser feita a farinha, aprendemos quais são as madeiras que são para casas e quais madeiras não devem ser cortadas, pois são madeira de lei²¹, é neste momento também que entendemos a importância da capova, capoerão, tiguera. Em quais luas devemos plantar, sendo que a lua minguante é destinada às sementes, as crescentes são destinadas às flores e a minguante destinada para fazer carpidas roçadas.

Por meio da oralidade que essas questões de sobrevivência são passadas para a geração seguinte, como quais orações devemos fazer quando uma tempestade chega, esta oração servirá também para proteger as nossas casas no Vale, proteger nossas roças e proteger toda a nossa comunidade.

²¹ Madeira de lei ou madeira nobre designa, em sentido mais amplo, as madeiras que, por sua qualidade e resistência, principalmente ao ataque de insetos e umidade, duram mais que as outras. São aptas para emprego em construção civil, naval, confecção de móveis, coronha de armas, instrumentos musicais.

FIGURA 5 – ARAPUCA, ARMADILHAS APRENDEMOS QUANDO CRIANÇA



FONTE: A autora (2023).

Uma das coisas que também aprendemos é a fazer as caças de pequenos pássaros. Nossos pais ensinam as primeiras armadilhas para caçar rolas da roça, essas armadilhas consistem em pegar galhos da própria roça e fazer uma espécie de arapuca onde os animais são atraídos pelos milhos (ou outro alimento) e são caçados ou encurralados pela armadilha.

Carla: O que vocês aprenderam na roça assim?

Paulico: Passarinho... ah, eu vivia no meio dos passarinhos... passarinho que nem tem hoje aqui. Vocês não conhecem. Conhece o bico de pimenta? Tiquiticão, que é o alinhado Nabuque, então Xororó, Chitãozinho, Uru, Macuco... aí rola tomba tem várias qualidades de pomba, né? Tem essa Trocai, essa que é do rio e tem a pomba-preta, que é amargosa e tem a luruti, que é a que come pimenta e laranja e tem os pardais. É isso aí. Que é preto, que é fogo, que é marrom, bico de pimenta, alinhado são todos os passos que é para ir à lavoura, né? Canário. Que nem existe já, para nós virou praga. (Paulico, 86 anos, 2023).²²

Há diversas outras armadilhas como “mundo”, que serve para pequenos animais, e o “Covo”, que serve para caçar peixe. Há também um estilingue utilizado como mira, para caçar pequenos pássaros, que consiste em um elástico e com uma

²² Entrevista realizada pela pesquisadora em março de 2023.

pedrinha que se atira contra um pássaro. Em tempos de falta de alimentos, essas pequenas caças auxiliam na alimentação e nutrição familiar.

FIGURA 6 – COVO PARA CAÇAR PEIXE, ARMADILHAS APRENDEMOS QUANDO CRIANÇA



FONTE: A autora (2023).

Devido às instabilidades ambientais, associadas ao racismo ambiental, muitos animais encontram-se em extinção e com isso a soberania alimentar nutricional aprendida e vivida na infância também está fragilizada. O território torna-se fundamental para a garantia da produção de alimentos. A comunidade se mobiliza em torno da sobrevivência no território, águas, sementes, o controle dos recursos naturais determinado pelos interesses comuns, livre de agrotóxicos, para combater a fome e desnutrição infantil, realidade imposta pela perda do território quilombola. Pensando nas ideias de justiça ambiental, a partir das reflexões aqui feitas sobre o racismo ambiental, está na hora de avançar e de perguntarmos sobre os crimes que a infância quilombola tem sofrido diante dessas diversas formas de racismo impostas no território e buscar punição para esses crimes.

3.6 CIRCULARIA – DANÇA DE SÃO GONÇALO

(...) Minha primeira Romaria foi na casa da senhora Dita Freitas, eu me lembro da minha vó ter me levado pela primeira vez nessa Romaria. Tinha uns seis,

sete anos, a gente foi de a pé, a minha avó ia contando os lugares onde tinha um caso de pessoas antigas, os lugares onde eram feitas as roças, eu lembro da gente ter pegado uma um caminho para encurtar o trecho. Na romaria tinham muitas crianças que eu não conhecia e que a gente brincava à noite toda enquanto os outros dançavam. Dados momentos a gente também aprendia a dançar a Romaria... (Minhas memórias -diário de campo - junho 2023).

A Romaria de São Gonçalo é uma devoção realizada nas comunidades rurais do Brasil, a pessoa realiza uma promessa ao santo e caso a promessa seja cumprida, a pessoa realiza uma festa ao santo, chamando toda a comunidade para dançar em agradecimento da graça concedida. Segundo as histórias contadas pelos mais velhos, essa tradição vem de Portugal, considerado o santo das prostitutas e dos boêmios de bares, segundo a história local, o santo foi rejeitado pela igreja católica devido às suas práticas de conversão à religião.

Romaria de São Gonçalo é uma promessa que o morador realiza durante algum momento da vida em que suas preces são concedidas, o morador da casa convida as pessoas da comunidade e das comunidades vizinhas para homenagear o santo e também fazer a dança de São Gonçalo. Essa dança consiste em ter homens e mulheres que se dividem em cantadeiras e contramestres e aqueles que irão dançar para o santo.

Na comunidade de João Surá, durante alguns anos ficou proibida a dança, segundo a religião católica era uma prática considerada boêmia, devido ao santo não ser católico. Porém, com a perda dos fiéis, a igreja teve que voltar com sua decisão, pois a comunidade resistiu na prática da festa popular. A dança consiste em fazer vários movimentos em que homens e mulheres cantam e batem palmas e diversas vezes fazem círculos em torno do salão, realizando alguns movimentos como parafuso, casamento e caracol, que são os movimentos mais conhecidos durante a Romaria, que vai variar de acordo com cada mestre, contramestre que esteja conduzindo a dança. Oehrle e Emeka (2003) lembram que, em África, as artes são utilizadas em rituais, durante o trabalho, religião, cerimônias, jogos e celebrações e não desempenham um papel periférico e alegórico, mas estão profundamente integradas com o conhecimento da vida e com os acontecimentos.

Música para São Gonçalo
 Vamo, vamo, minha gente
 Vamo, vamo, minha gente
 Cumprir essa romaria
 Cumprir essa romaria (Cantadeiras)
 São Gonçalo veio hoje
 e ele quer voltar!
 São Gonçalo veio hoje
 e ele quer voltar!
 (trecho cantando no Quilombo de João Surá)

Dependendo da casa, a criança pode ou não ter autorização para participar da romaria. Em João Surá, as crianças têm autorização desde que respeitem todos os movimentos que serão direcionados pelas cantadeiras e pelos mestres e contramestres. Durante as romarias a criança aprende que naquele momento deve respeitar todos que estão dançando e o santo à sua frente, é o momento que ela irá aprender a entoar os cantos, as letras da romaria.

O processo educacional é cíclico por natureza. Como referido anteriormente, a unidade de ensino e aprendizagem em tradição oral ensina e aprende em diferentes momentos do dia e da vida com adultos e crianças. A sala de aula é um dos poucos lugares onde ocorre o processo educativo. Por isso, durante décadas, outras áreas foram consideradas carentes de educação. Algum tempo depois, sua existência foi observada, mas é definido como 'Invisível' e não faz muito tempo tornou-se objeto de estudo. (Jessé Cruz, 2022, p. 106).

Ocorrem casos de a criança cansar com os movimentos, pois a Romaria leva em torno de uma hora para acontecer, assim rapidamente o mestre e o contramestre substituem a criança pelo adulto ou por outra criança para que a dança continue. Quando a criança descansar, ela poderá retornar à sala para dançar e a pessoa que a substituiu volta para o seu lugar novamente. Percebe-se o tempo da criança, ele é respeitado bem como o seu cansaço durante a dança.

3.7 ORALIDADE E MUSICALIDADE

Quando eu morava com meus avós, lembro de receber muita gente em casa, pessoas indo com violão, triângulo e um batuque vindo de um quilombo vizinho, da Praia Grande, cantando com a bandeira do Divino na mão. Os meus avós trabalhavam o dia todo para poder receber esse pessoal que pediam oferta para festa de Nossa Senhora do Livramento. Eles agradeciam cantando nome por nome da família. E eles passavam pela comunidade toda. (Minhas memórias - Diário de campo - junho 2023).

histórias de terror é com certeza as práticas mais divertidas, a entonação de contar, eu nunca vou esquecer as histórias contadas e os arrepios nas

espinhas e como hoje também tenho de contar para crianças as histórias dos meus avós. (Minhas memórias - Diário de campo - junho 2023).

A Bandeira do Divino é uma tradição da igreja católica popular, fiéis passam de casa em casa cantando para o Divino. Nessas cantorias pede-se ao morador da casa doações para festa do Divino. É momento de celebração nas casas das famílias, no Quilombo de João Surá não há data correta para essa celebração, são geralmente duas vindas do Divino ao ano: uma acontecem antes de Corpus Christi e outra é com a bandeira do Divino do quilombo vizinho, de Praia Grande, geralmente entre maio e agosto de cada ano.

O cortejo começa na comunidade de Praia do Peixe, passando por todos os núcleos de João Surá, seguindo para Iporanga para ser entregue para a Igreja da Matriz Nossa Senhora do Livramento, para as comemorações de fim de ano.

FIGURA 7 – CHEGADA DA BANDEIRA DO DIVINO



FONTE: A autora (2023).

Neste momento a comunidade se mobiliza para receber, organizando seus altares com santos, velas e outros objetos sagrados, deixando reservada uma oferta que pode ser em dinheiro ou alimentos. A família prepara uma refeição, que varia conforme o momento da chegada na casa da família.

1) Cântico de chegada: "Pode entrar, porta para dentro/ Divino vai abençoar. A senhora e seu senhora/ Na hora que ele chegar Ôôôôô. O Divino veio de longe/ ele veio de mão em mão para visitar/ a sua família, prezado cidadão,

Ôôôôô. Divino Espírito Santo/ Em sua casa chegar trazendo sorte e saúde/
na sua casa deixar Ôôôôô”.

2) Cântico de agradecimento: “Respeitamos as crianças e os velinhos
também/ Respeitamos as crianças e os velinhos/ e os velinhos também/ A
oferta de NOME DA PESSOA não ficou por esquecido/ A oferta de NOME DA
PESSOA não ficou por esquecido/ Não ficou por esquecido. (Estrofes
cantada pelo Sr. Domingo Sá).

Essa tradição de cantar para o Divino é passada pelos antepassados, por meio da oralidade. É o momento em que as crianças ajudam a família com a ornamentação, aprendem as primeiras cantigas e começam a tocar alguns instrumentos: triângulo, caixa, colher, compreendendo o ritmo musical. Essas práticas não estão escritas em livros, é acompanhando o cortejo que se estabelecerá o aprendizado dessa tradição. Que, segundo Bâ (1982), a tradição oral pode ser compreendida como:

A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostuada a separar tudo em categorias bem definidas. Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo, religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recriação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial (Hampaté Bâ, 2010, p. 169).

Como os cânticos se repetem nas casas, e são de fácil compreensão e assimilação, a criança aprende pela repetição. Pinto (2001) afirma que para transmitir, aprender e comunicar oralmente foram desenvolvidos padrões rítmicos, silábicos, onomatopéias, possivelmente em sequência, que ajudam a memorizá-los e ensiná-los.

A tradição oral foi definida como um testemunho transmitido oralmente de uma geração a outra. Suas características particulares são o verbalismo e sua maneira de transmissão, na qual difere das fontes escritas. Devido à sua complexidade, não é fácil encontrar uma definição para tradição oral que dê conta de todos os seus aspectos. Um documento escrito é um objeto: um manuscrito. Mas um documento oral pode ser definido de diversas maneiras, pois um indivíduo pode interromper seu testemunho, corrigir-se, recomeçar, etc. (Vanisa, 2010, p. 139-140).

As cantigas também expressam como a musicalidade e a oralidade dos anciões para as brincadeiras de roda vêm de longa data, repassada para as crianças

na infância, aprendendo como entonar a voz para cantar em grupo as brincadeiras, sendo uma forma adotada para desenvolver a falar e a coordenação motora, pois todas as cantigas requerem determinado movimento.

1. Balança caixão

Balança caixão
Balança você, dá um tapa na bunda,
E vai se esconder.

2. Dança, dança Cachorrinho

Fui no butiquinho,
Toma café
Encontrei um cachorrinho de rabo em pé
Dança, dança cachorrinho,
Eu não sei dançar,
Pega, pega no chicote
Quem vai dançar sou eu.

3. Samba Criola

Samba Criola
Que veio da Bahia, pega essa criança e joga da bacia,
A bacia é de ouro, arriar com sabão
E depois de Areada é enxugada com roupão
O roupão é de seda, a camisa de filó
Vamos ver quem vai ficar para dar
Bença vó!
Bença vó!
Bença vó!

4. Há entrei na roda

Há eu entrei na roda, há entrei na roda,
Há eu entrei na roda dança
Entrei na roda dança, eu não sei dança!
2X7 são 14
3X7 é 21
Tenho 7 namorados
Mais não gosto de nenhum.

5. Escravos de Jó

Escravos de jó
Jogavam cachangá
Tira, põem
Deixa fica!
Guerreiros com guerreiras
Fazem zigue, zigue zá (2 x)
FONTE: Avó Joana de Andrade (2017).

A música é algo que atrai as crianças pelas associações tanto com animais quanto com plantas, associação de som e rimas e acompanhamento de instrumentos musicais, e sempre traz algo do dia a dia, muitas músicas chamam pelo seu nome, o que torna a memorização eficiente.

A música, nesses contextos, tem um papel fundamental na transmissão de saberes e valores que caracterizam e identificam um determinado grupo social. Vale salientar que ao mencionar música como vimos anteriormente estamos a pensar para além da batida, da tecnicidade construída, vai para além da reprodução sistemática do som, esta musicalidade inclui o cantar, saberes, fazeres, em suas múltiplas diversidades afro-culturais. (Cruz, 2023).

Infelizmente nos processos de escolarização a oralidade perde seu valor, porque cada vez mais a formatação das crianças é para “falar certo”, português correto, escrita digital, a comunicação eficaz, que mundialmente devemos nos adaptar. O que é ensinado nas comunidades não tem uma comprovação científica, sendo necessário aprender a forma “cultura” da escrita. Para escrever bem, é necessário falar da forma como o colonizador dita.

A educação formal e o letramento na comunidade são processos recentes, nossos mais velhos só tinham acesso ao ensino primário, mal conseguiam terminar os estudos, aprendendo a contar e a conhecer os números. A oralidade, ela é fundamental para saber os porquês que escondem por de trás de cada história contada neste território. O processo de epistemicismo do letramento nos faz refletir sobre a resistência da oralidade para a luta quilombola contra e no enfrentamento aos fazendeiros que querem explorar o território. Esses, em muitas ocasiões, aliados ao Estado, que oprime e divide os territórios em grandes mercadorias e causam inúmeros casos de racismo que enfrentamos no nosso dia a dia.

3.8 RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS – ANCESTRALIDADE

Acordei no meio da noite e ouvi pessoas cantando em volta de casa, minha avó disse para ficar quietinha, porque estava cantando a recomendação das almas, estavam cantando para os mortos. Lembro de ter ficado com medo, porque ouvia um barulho de taquara rachada, era da matraca. (Minhas Memórias - Diário de campo - junho 2023).

Recomendação das Almas é uma tradição realizada na quaresma, pessoas da comunidade são convidadas a fazer um cortejo no meio da noite para cantar às almas, para que elas possam ter conforto. Neste período, as pessoas lembram-se de seus entes que ficaram na terra, daqueles que se foram e pedindo a Deus e aos santos anjos que os protejam na eternidade. É comum acender velas e tocar uma matraca que faz barulho para avisar às almas sobre esse momento de cortejo.

FIGURA 8 – MATRACA, INSTRUMENTO UTILIZADO PARA RECOMENDAÇÃO DAS ALMAS



FONTE: A Autora (2023).

Um dos cânticos que a Sra. Joana de Andrade cantava recorda o outro lado para além da vida:

São Roque Bendito/ Que do céu apareceu, Livrai-nos da peste/ Todo o povo seu/ Livrai-nos da peste/ Todo o povo seu/ Senhora Santana apronte/ o clero que vós ides ter um neto/ Por Deus verdadeiro/ Que vós ides ter um neto/ Por Deus verdadeiro/ Abram-te as portas/ Pro vento entrar/ Vamos lá na glória/ Ver os anjos cantar/ Vamos lá na glória/ Ver os anjos cantar. (versos da falecida Joana de Andrade).

Senhor Paulico acrescenta que:

(...) recomendação das armas minha vó falava era a mulher tudo de branco, saia preta e o homem tudo e calça preta e camisa branca. Um silêncio, ninguém falava nada com outro, só no pé da cruz cantava, não levava fogo, não levava bingo, não, nada. Hoje o cara leva até a lanterna. Leva ali um litrão de pinga para beber, fazer zoeira. Santa Luzia passou por aqui com seu cavalinho comendo capim, capim tira esse cisco dos olhos para mim.²³

²³ As primeiras orações que aprendemos quando criança são versinhos de músicas ou versinhos com alguns Santos e também relacionando com aquilo que temos no nosso cotidiano como plantações de capim. Minha avó me ensinou essa oração porque estava com uma semente de capim no olho, então ela pediu para que rezasse, pois não havia médico na cidade por aqueles dias. Entrevista realizada pela pesquisadora em setembro de 2023.

Pedimos licença aos nossos ancestrais para começar o debate dos cuidados com a infância no território de João Surá, e iniciar um diálogo com os anciões desta localidade, que ensinaram a ser quem somos, a dar nossos primeiros passos e a sobreviver no quilombo, que nos auxiliaram e nos auxiliam no processo do desenvolvimento das crianças.

Por entender que a vida é um ciclo, que o primeiro contato de uma criança é com a sua família e principalmente com os anciões mais velhos, a ancestralidade por meio da oralidade também é transmitida para as crianças de forma que estas aprendam desde cedo a falar os costumes e as tradições ensinadas por esses.

3.9 MEMÓRIA SOBRE A LUTA PELA VIDA DAS CRIANÇAS E AS ERVAS MEDICINAIS – MEMÓRIA

Quando tinha 5 anos tive muitas feridas nas pernas, meu pai percorria todas as clínicas de tratamento de pele de Curitiba, eram tantos remédios, tantos cremes e tantas injeções, muita dor nas pernas, toda semana pegando ônibus biarticulado percorrendo Curitiba toda, mas nada me curava. Um dos médicos disse que precisava de um tratamento alternativo, foi quando meus avós chamaram um benzedor, ele disse que era necessário rezar muito, e fazer uma dieta, tomar 3 tipos de receitas com ervas medicinais, alguns ingredientes havia no quilombo vizinho, da praia grande, 30 dias depois o benzedor mandou minha avó Joana levar no médico que estava curada.
Memórias do meu diário de campo - sobre a minha infância.

A memória dos anciões e das lideranças (pessoas adultas) tiveram sua trajetória marcada pelos diversos desafios e potencialidades do território quilombola, marcaram sua infância por meio das brincadeiras e também pelas dificuldades que vivenciaram. Sendo assim, buscamos investigar quais são os processos educativos de produção de infâncias no território do Quilombo de João Surá e a inventariar quais as práticas ancestrais do cuidado com as crianças existentes no território.

Segundo o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil Série Paraná (2009), os moradores relataram a falta de políticas públicas, como acesso à saúde, educação e conflitos vivenciados pela falta de assistência social. Segundo os relatos descritos, a comunidade permaneceu abandonada pelo Estado no Paraná. Sendo assim, a comunidade estabelece estratégias pedagógicas na resistência e sobrevivência das crianças quilombolas de João Surá.

Durante o processo de entrevistas, as pessoas mais velhas contaram como foi a sua infância, quais remédios encontrados nesse território ajudaram elas a sobreviver, por não haver médicos na região, nem educação. Alguns relatos me chamaram muito a atenção, um deles era sobre as ervas medicinais. Durante a entrevista era muito comum os Anciões falarem que aprenderam sobre as plantas com suas mães, seus pais e seus avós. Portanto, por mais que elas não tivessem passado pelo processo de letramento formal, a oralidade foi um dos principais dispositivos responsáveis por passar de geração a geração os cuidados com as crianças. A ideia aqui não é se prender aos princípios ativos ou averiguar se as ervas funcionam ou não para determinadas doenças, mas compreender como, por meio da ancestralidade, os recursos do território foram fundamentais para o desenvolvimento e cuidados das crianças desde seu nascimento até o fim deste ciclo. Também compreender como anciões transmitiram, por meio da oralidade, esses saberes, considerados processos educativos sobre conhecimentos dos cuidados com a infância.

Compreende-se que na família o adulto é o principal responsável pela saúde, educação e pelo bem-estar dessa criança e, principalmente se tratando de quilombolas, de passar os seus processos de resistência neste território para a geração seguinte. Por esse motivo, destaco a ancestralidade: quando lembramos dos nossos antepassados, respeitamos os nossos antepassados, tendo uma pessoa como referência com quem se aprendeu muito durante a infância, que devemos respeito até a sua partida. Esse respeito se consolida por, desde a nossa infância, dedicarem o tempo e também a sua sabedoria para ensinar os diversos costumes que ajudaram a criança a reconhecer o território como seu lugar e também por aproveitarmos aquilo que se ofereceu para a geração seguinte.

Durante as entrevistas, surgiu como tema o processo de resistência da própria comunidade, visto que há 50 anos não existiam médicos, nem professores e nem uma equipe especializada em saúde. Os quilombolas tiveram que se organizar para garantir que a vida seguisse o curso normal.

Ainda com as entrevistas, percebemos que os moradores têm em sua memória os cuidados com as crianças aprendidos em uma época que não havia médico na região. Esses cuidados eram feitos por meio das ervas medicinais e tendo as mulheres como as principais responsáveis por guardar essas informações. Quando

a criança está para vir ao mundo, as mulheres devem saber como facilitar este processo tanto para a mãe quanto para a criança.

O Senhor João Martins de Andrade trabalha no parque das Lauráceas²⁴ e conhece bem o território, tem a facilidade de reconhecer as ervas medicinais, e por meio da oralidade reconhece o que são remédios para crianças.

Sr. João Martins: Então a carqueja é bom para cozinhar e lavar a perna da criança quando está assim andando. Isso tem aqui, tem tanto aqui na comunidade, também onde trabalho, tem lá subindo a serra. O *alho* assado é bom para criança que está com problema de gripe. Às vezes, até mesmo a criança está com outros tipos de doença. Que é problema do antigo a falta de ar, né? Dá para dar o alho para criança. Nós queimávamos antigamente o alho no fogo para dar quando as crianças estavam assustadas também. Queimava lá no prato, botava água e dava para beber. Também é para dor de barriga. Pega ele, torra ele no fogo e bota na água; e dá para criança beber. Outro remédio para criança também é a *erva-doce*. São tudo remédios para criança. Quando a criança está lombrigada, passava no melado. A *quina* é para tirar a gripe da criança, vai aliviar... outro também mais forte, é o de *hortelã*. De criança, também a mãe cozinhava a hortelã com a rapadura e dava para nós comermos, isso quando estávamos com as lombrigas. (João Martins de Andrade Pereira, 60 anos, 2023).²⁵

Carqueja, alho, quina, hortelã e erva-doce são considerados remédios de crianças porque combatem parasitas, descrito por ele como lombrigas, que afetavam com frequências as crianças e marcaram a memória de um povo que não tinha, e ainda não tem, acesso ao saneamento básico, recorrendo ao único meio: às ervas medicinais e benzedores.

A Sra. Delfina tem 84 anos, é a senhora mais velha do Quilombo de João Surá. Ela relata que a primeira vez que foi ao médico, já estava casada, com seus 20 anos. Ela relata sobre como era o cuidado com as crianças na comunidade. Em sua memória, os curandeiros e benzedoras tinham papel fundamental na cura de doenças que abatiam as crianças, e nesses relatos também é possível verificar que havia uma grande taxa de mortalidade infantil.

Sra. Delfina de Matos: Morria criança, assim do nada. Eu mesma tenho duas crianças mortas, casal de filhos meus. A menina mais velha que é a tia, mas é mais velha, tem de ser assim... essa foi a primeira que tive. Deu uma diarreia na criança e vômito. Mas não teve remédio que curasse. Nessa época era um curador, por nome de João Cardoso. A criança que ele podia curar, ela curava mesmo. As ervas que ele fazia... mas tinha de morrer mesmo quando não tinha recurso, tinha dia que fazia remédio a noite inteira

²⁴ O Parque Estadual das Lauráceas está localizado próximo ao Quilombo de João Surá, implementado pelo Decreto Estadual n°729 de junho de 1979.

²⁵ Entrevista realizada pela entrevistadora em abril de 2023.

para essas crianças. Puxada de pé²⁶, de tudo quanto é coisa. Eu fazia na perna da criança, mas a bicha estava demais, subiu para forro, que eles diziam sabe? Diz que se as bichas subirem do forro da criança, daí a criança não tem como sobreviver. É complicado. Carla do céu! As coisas de antigamente eram muito difíceis. [...] Também as crianças que tinham de sobreviver, era o velho Cardoso... ele dava o remédio e curava. E ele fez muito remédio. Eu mesma tenho foto. Nós somos sete irmãos, mas de nós, nos criamos só três, quatro crianças. Nós éramos em sete, morreu quatro irmãozinhos meus, tudo pequeno. A menina que estava com oito anos, essa morreu de sarampo. Agora os outros três que morreram, eu não sei do que deu, nem dos primeiros irmãos, né? Foram os primeiros irmãos meus que ficaram doentes e não dava tempo de nada, já morria. Já morria. E a minha irmã que é após de mim, veio ela. Daí, ela deu sarampo depois que ela estava com oito anos, já deu sarampo. Aí recolheu o sarampo, não estourou no corpo. A menina veio. Foi de uma noite para outra, de dia ela morreu. (Delfina de Matos, 84 anos, 2023)²⁷.

As batalhas contra essas doenças marcaram a memória do povo, que lutava já pelos primeiros anos de sobrevivência, e com esses processos, possibilitaram a resistência no território.

FIGURA 9 – SRA. DELFINA COLHENDO ERVAS NO SEU QUINTAL



FONTE: A autora (2023).

A Sra. Dalila tem 83 anos, é nascida no Quilombo de Porto Velho e é

²⁶ É uma simpatia para criança em casos de verminose.

²⁷ Entrevista realizada pela pesquisadora em abril de 2023.

conhecida pelos moradores dos quilombos como benzedora de crianças. Atualmente ela mora na Praia do Peixe, próximo ao Quilombo de João Surá, e ainda hoje ajuda crianças de diversas comunidades com seus benzimentos e receitas com ervas medicinais.

Dalila: Puxa pé, faz com mel... quando a criança está assustada, minha mãe fazia assim, quando meus irmãos se assustavam, ela pegava um pouquinho de pólvora preta, ponhava em uma caneca, nessas canequinhas de frangate²⁸, caneca de vidro é perigoso quebrar, pegava e levava a criança perto ali e pegava a brasa e ponhava naquele pouquinho de pólvora, e aquela pólvora explodia ali, fazia fuuuu! Disque é bom né, e aí ela fazia o chazinho da hortelã, com poejo, com erva-de-santa-maria, misturava na pólvora e dava para a criança beber, para susto né?!

[...] Agora esse sobre o ar na cabeça, se chama réstia. Esse faz a garrafada, que junta alecrim, alho, arruda, guiné e semente de mostarda. E pica aquelas folhas bem picadinho, se é as raízes, raspa a raiz, e põem em uma garrafa de vidro, não plástico. Tem que ser na garrafa de vidro pelo meio de água para tirar as réstias. É isso que sei fazer né. (Dalila, 83 anos, 2023).²⁹

Devido à medicina tradicional, que visa ao tratamento de doenças, vemos uma desconsideração às ervas medicinais, fazendo com que os saberes sejam perdidos ao longo do tempo. Muitas ervas medicinais são pouco utilizadas no dia a dia, algumas dessas ervas encontramos mais onde a mata é virgem e onde as condições são propícias para o crescimento, porém, devido à desterritorialização, o acesso a essas áreas está restrito por lei referente às unidades de conservação, como o Parque das Lauráceas. Entretanto, antes podiam ser encontradas nas capovas³⁰ próximas às casas, mas hoje em dia, com as propriedades privadas, é proibido entrar nessas áreas. Porém, algumas ervas medicinais são encontradas no terreiro das casas, como a camomila, poejo e hortelã. Essas são plantadas no entorno das casas para que, durante alguma emergência com as crianças, sejam utilizadas para o cuidado e o tratamento de doenças. Outra doença presente atualmente, que me chama muito a atenção por conta de que só benzedeira resolve, é a quaeira³¹ virada. Segundo os moradores, a criança apresenta uma perna maior que a outra, e seu intestino é balançado de tal forma que a criança fica fraca e vomitando, causando desidratação.

²⁸ Fragate é uma louça feita de material esmaltado.

²⁹ Entrevista realizada pela entrevistadora em março de 2023.

³⁰ Lugar de refúgio no quilombo, geralmente com roça, paiol e lugar retirado das casas.

³¹ Quando a criança está com a perna maior que a outra, provoca vômito, tontura e mal-estar.

A curandeira deverá medir as pernas e fazer o benzimento com as ervas para que a criança volte ao estado de equilíbrio.

FIGURA 10 – CHIFRE BOVINO UTILIZADO PARA BENZIMENTOS



FONTE: A autora (2023).

Durante as entrevistas, era recorrente as receitas conterem raspa de chifre, forro³² de casco ou outras partes de animais para complementar as composições. Porém, para cada fase do desenvolvimento infantil são necessários métodos e procedimentos específicos que devem ser adotados, levando em consideração a lua e a época do ano.

³² Forro: são partes do sistema digestório animal conhecido em algumas regiões como bucho.

4 CONSTRUÇÃO DO MAPA CARTOGRÁFICO DA INFÂNCIA QUILOMBOLA – RETERRITORIALIZAÇÃO

Eu e minha prima Lucinéia (Néia) tínhamos a mesma idade, 5 a 6 anos, sempre gostávamos de brincar por todas as árvores, andávamos por toda a propriedade da família e dos vizinhos, e andar a cavalo, um dia fomos procurar um cavalo, nesse dia fizemos um colchão de folhas de goiaba e resolvemos colocar fogo para deixar o local limpo para brincar, fomos embora. Nosso avô viu um grande incêndio se formando, e foi a primeira vez que ele brigou muito conosco. Nossa aventura quase causou grande prejuízo nas plantações.

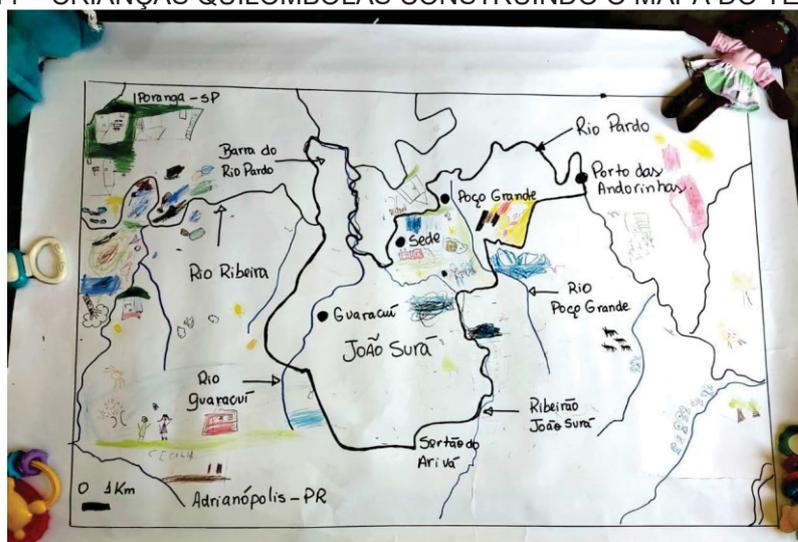
Memórias do diário de campo da minha infância – Dezembro - 2023.

Utilizamos também para trabalhar com as crianças a cartografia social, por meio dela podemos analisar como o território é visto pelas crianças, aquilo que está fora dos mapas oficiais construídos pelo Estado, o racismo estrutural atrelado à subjetividade, Estado e Economia que afetam instituições da educação infantil. Silvio Almeida enfatiza:

(...) demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. (Almeida, 2018, p. 31).

Por outras agências ou pelo próprio mapa do satélite que faz a foto do território, o que irá se destacar sempre são as estradas, os rios, aeroportos, às vezes unidades de conservação ou áreas de interesse econômico, por exemplo, e aqueles outros elementos importantes para as pessoas da comunidade.

FIGURA 11 – CRIANÇAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO O MAPA DO TERRITÓRIO



FONTE: A autora (2023).

As crianças não têm esse lugar no mapa, esse mapa cartográfico convencional vai apresentar os territórios vazios desses sentidos, desses significados, desses valores da comunidade. Então, para pensar na metodologia, inserimos nesse mapa as coisas que estão fora, dando outros significados, outros valores para essas coisas que já existem. A principal forma que vem sendo usada na metodologia é o desenho, que é utilizado para estabelecer uma comunicação em que as crianças podem demonstrar por meio de seus desenhos seus sentimentos e simbologias, como cada uma entende cada um dos significados, tornando-se um relato visual, nele utilizamos sementes, folhas, terras.

Trabalhamos com as crianças de forma coletiva na Escola Municipal do Campo de João Surá, onde as crianças se encontram diariamente. Por meio do mapa trabalhei com as crianças do Pré 1 (crianças de 04 a 06 anos), sendo tanto moradoras do Quilombo de João Surá como da Praia do Peixe, que fica a 14km da comunidade no sentido para Adrianópolis.

FIGURA 12 – CRIANÇAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO O MAPA DO TERRITÓRIO



FONTE: A autora (2023).

Os principais resultados obtidos com o automapeamento foi que percebemos que as crianças, analisando onde ficam as suas casas, projetam melhorias para o próprio território, como as casas onde moram devem ficar e os espaços de brincar pelo tamanho de seus desenhos. Pelo mapa foi possível perceber que as crianças desenharam suas casas e em torno delas os seus amigos, as brincadeiras que elas gostam de brincar, como de bola, os animais que elas têm medo, como aranhas. Também foi possível ver que elas desenharam peixes, bois, animais presentes no dia a dia delas, e também uma onça, próximo ao Parque das Lauráceas. Algumas crianças menores realizaram “rabiscos” se referindo a suas casas.

As árvores mais citadas durante a atividade foram jabuticabeiras, goiabeiras, bananeiras e maçã, em toda casa tinha um gramado e também o sol. No mapa podemos perceber que as crianças desenharam vários sóis porque cada uma tem uma perspectiva de um lugar, um ponto de referência e o sol para elas está em todos os lugares. Outra coisa que chamou atenção foi a relação delas com outros quilombos, como o da Praia Grande, que é no Estado de São Paulo. Algumas crianças têm familiares nesta comunidade e também desenharam que as suas famílias estão próximas da localidade onde moram.

Considerando a infância até os 12 anos, as crianças dessa faixa etária crescem juntas e constroem lembranças e vivências coletivas, cada faixa etária que sai, uma nova criança é inserida no ciclo de infância. Elas aprendem com outras crianças os valores civilizatórios por meio do cuidado uns com outros, compartilham afetos e aprendizados. As crianças mais velhas ensinam as mais novas a se tornarem crianças por meio das brincadeiras e aventuras e a desenvolverem mecanismos para seu desenvolvimento motor, estabelecendo a cultura infantil no quilombo e reterritorializando o território.

As culturas que emergem das lutas pela liberdade no momento da escravidão são conhecidas como culturas de resistência, pois resistiam ao processo de coisificação a que o escravizado era submetido. Elas fazem lembrar ao sujeito “negro” a sua humanidade; por isso, são mecanismos de libertação e humanização realizados a partir das heranças oriundas do continente africano e dialogadas no novo espaço. (Antonio Figenio, p. 20, 2019).

O processo de reterritorializar pela infância vai variar conforme o contexto que a comunidade está vivenciando. Quando estamos em um contexto tranquilo, em que não há conflito agrário ou outros processos de violência, as crianças circulam mais, brincam mais e exploram mais o território, porém, quando esse espaço avança para o campo de disputa, outros processos são construídos porque as circunstâncias mudaram, o território do brincar diminui ou aumenta conforme o contexto histórico.

Atualmente as crianças consideram o território, da forma que desenharam o cemitério da comunidade, lugar importante para todos, pois é onde as pessoas e os ancestrais são enterrados e elas comentaram que havia muitas histórias de terror sobre o cemitério e que elas tinham muito medo dessas histórias. Nos comentários que fizeram durante os desenhos, também mencionaram sobre os bois dos fazendeiros, que tinham medo, pois segundo elas, esses bois eram bravos e avançavam nas crianças. Em seus desenhos também aparecem o posto de saúde, a escola e a igreja, lugares que elas frequentam com suas famílias.

Durante a atividade, as crianças comentaram sobre o mês de outubro dedicado às crianças, onde a comunidade se organiza por meio dos grupos de WhatsApp para fazer coletas, com os moradores, de doces e outras prendas para realizar um dia específico para as crianças da comunidade e das comunidades vizinhas, geralmente se coletam alimentos para a realização de um jantar ou de um almoço comunitário.

QUADRO 4 – BRINCADEIRAS NO QUILOMBO DE JOÃO SURÁ

Nome da Brincadeira	Como Se Brinca
Mãe bola	Tem que ter mais de três crianças. Uma criança com uma bola vai tentar acertar com a bola a outra criança, se acertar, a pessoa estará com a vez, reiniciando a brincadeira.
Mãe pega	Tem que ter mais de duas crianças. Uma criança tem que contar até 5 dando espaço para outra poder correr, em seguida ela tem que pegá-la, então aquela criança se tornará mãe.
Mãe se esconde	Tem que ter mais de duas crianças. Uma conta até 31 com os olhos fechados no pique (lugar), enquanto outras irão se esconder. A criança que contou, terá que achar todas até chegar no 31 do nome da criança, até a última ser encontrada. Aquele que for o último a ser encontrado e não bater no pique será o próximo a ser mãe.
Mãe bruxa	Tem que ter mais de duas crianças. Uma criança tem que contar até 5 dando espaço para a outra poder correr. Em seguida ela tem que pegá-la. Ao pegá-la a pessoa terá que se transformar em algum personagem de história mal-assombrada, então aquela criança se tornará mãe.
Vivo ou morto	Uma criança será mestre e terá que dizer para as outras como ela se comportaram: vivas terão que ficar em pé, mortas ficarão abaixadas.
Pé na lata	Uma lata tem que ter mais de duas crianças, uma conta até 31 com os olhos fechados na lata, enquanto outras irão se esconder, a criança que contou terá que achar todas até dizendo 31, encostando o pé na lata e dizendo o nome da criança, até o último ser encontrado. Aquele que for o último a ser encontrado e não chutar a lata será o próximo a contar
Empurra o irmão	As crianças maiores empurram as menores, carrinhos, bicicletas, motinhas de plásticos, pedaços de papelão.
Futebol	Campo: a um tamanho delimitado em duas partes, em cada campo tem um gol, as crianças se dividem e nessa divisão formam times, a regra é fazer gol no campo do adversário.
Roda cutia	Formam-se uma roda, onde as crianças cantam a música da roda cutia e ao fim caem no chão.
Amarelinha	As crianças desenham 10 quadradinhos no chão, 1 quadrado e acima 2 quadrados, nesses quadrados devem constar números de um a dez. A criança deverá jogar uma pedrinha nos quadrados, em seguida pular com uma perna no quadrado com uma e duas pernas nos quadrados acima, exceto o quadrado com a pedra.
Batata quente	Na Batata quente as crianças formam uma grande roda e elas deverão ter uma bola que passam umas para as outras. Uma das crianças sai da roda e, sem olhar, canta Batata quente, quente, quente... quando disser queimou, a criança que está com a bola será queimada e será a próxima a cantar.
Cobra cega	As crianças em uma roda irão escolher uma criança, que será vendada, essa mesma terá que pegar as crianças na roda desfeita.
Bandeira	As crianças irão se dividir em dois times, fazendo dois campos. Em seguida terá que ter algum objeto no fim de cada campo identificado como uma bandeira, o time 1 terá que passar pelo time 2 sem ser colado (a criança terá que paralisar), e vice-versa, as crianças não poderão sair do campo. Quem pegar o objeto definido, ganha.

Quente frio	As crianças precisam escolher um objeto e uma criança que será vendada, essa criança vendada terá de procurar outro objeto, as outras crianças terão que dar pistas, se a criança vendada está quente (perto) ou fria (longe do objeto), até que se ache o objeto.
Corre e para	As crianças formam uma linha, e uma criança vai a frente para ditar se as crianças correm ou param. Aquelas que fazem diferente saem da brincadeira, podendo entrar na próxima rodada.
Dança da cadeira	Cada uma das crianças terá que trazer uma cadeira e colocá-las em roda, deixando sempre 1 cadeira a menos que a quantidade de crianças, a música toca e as crianças cantam até algumas crianças dizerem SENTA. Aquela que não se sentar está fora da roda, tira-se então uma cadeira e volta a se repetir até a última criança ficar sentada, essa mesma deve permanecer sentada.
Tum tum	A criança arruma as duas mãos, bate-se dedos com dedos e se canta: tum tum, quem será? Dona Mariquinha pode entrar, olê, olê, olê, olê, olá! Oi, comadre! Oi, comadre... beijos, beijos.
Batata quente	Canta-se jogando a bola na mão de outra pessoa: batata quente, quente, quente... a pessoa que está cantando sem olhar deve falar, queimou! Na mão de quem queimar, a pessoa está fora do jogo.

FONTE: A autora (2024).

Durante as observações do espaço de onde as crianças brincavam, percebemos que existiam dois espaços de brincadeiras, uns coletivos e outros mais individuais nas proximidades das suas casas. Os locais coletivos se caracterizam por reunir diversas crianças dos núcleos da comunidade, como os parquinhos, no entorno da igreja e barracão, sendo este último considerado o núcleo central do bairro.

FIGURA 13 – CRIANÇA E BEBÊ APRENDENDO A BRINCAR DE CASINHA

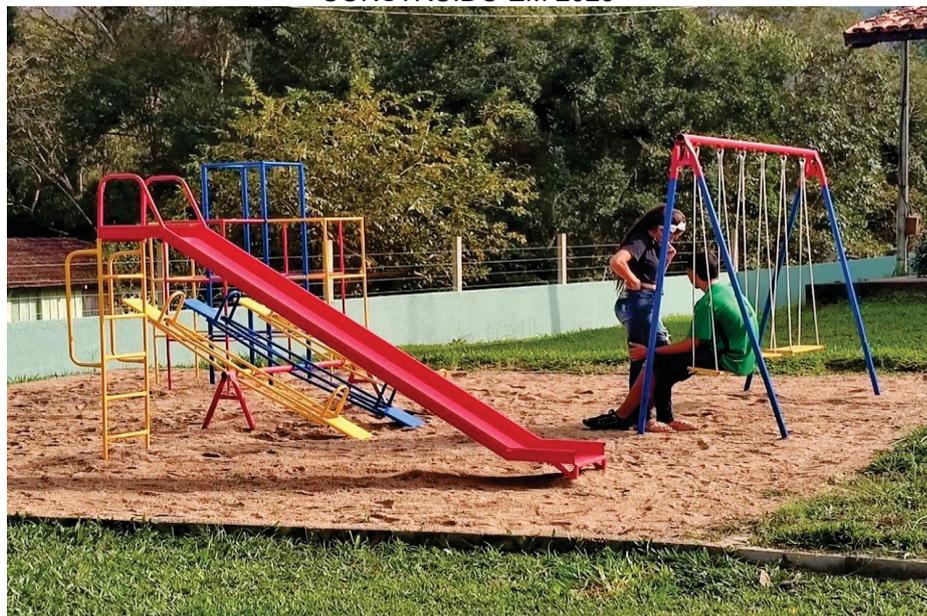


FONTE: A autora (2023).

Na Comunidade existem, atualmente, dois parquinhos, um que fica na Escola Municipal do Campo de João Surá (EMC) e o parquinho do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, em ambos, as crianças se reúnem para brincar em determinadas horas do dia, geralmente depois da aula ou no final do dia.

O parquinho mais antigo é o da EMC João Surá, onde, segundo uma determinação da Secretaria Municipal de Educação, só era permitido brincar nele as crianças que estavam na escola e durante o horário da aula, nos demais momentos não era permitido e ficava trancado. Devido às reivindicações das mães das crianças foi construído um segundo parquinho, no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, este fica aberto para que as crianças possam se encontrar nos seus horários de folga.

FIGURA 14 – PARQUINHO DA COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS –
CONSTRUÍDO EM 2023



FONTE: A autora (2023).

Durante a reforma do Colégio Estadual Diogo Ramos, os moradores das comunidades reivindicaram o muro em volta das duas escolas para possibilitar a interação entre ambas escolas e entre as crianças dos dois estabelecimentos.

FIGURA 15 – PARQUINHO DA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO DE JOÃO SURÁ



FONTE: A autora (2023).

Observamos também alguns espaços em volta das casas, como uma casinha

de uma das crianças, ela pediu para que seu pai construísse uma casinha para que ela brincasse com seus brinquedos, essa casinha fica bem ao lado da casa deles e ela convida as demais colegas para poder brincar de casinha.

Perguntei para uma das crianças enquanto brincavam no parque:

Carla: Qual é o lugar que mais gosta de brincar?
Criança 1: Eu gosto do parquinho.
Carla: Por quê?
Criança 1: Porque lá tem brinquedos grandes, e meus amiguinhos sempre estão por lá. É perto da escola onde estudo.
Carla: Quantos anos você tem?
Criança 1: 5 anos, já estou Pré 1.
Carla: Que legal!
Carla: Você sabia que eu também brincava por aqui quando pequena?
Criança 1: Você também já foi pequena?
Carla: Sim, já fui pequena, agora sou grande.
Criança 1: Como você cresceu?
Carla: Comendo muita goiaba.

Nesta mesma casa, as crianças replicam o modo de viver com sua imaginação, e os adultos auxiliam em construção de réplicas de casinhas.

FIGURA 16 – NA CASINHA PARA BRINCAR DE BONECA



FONTE: A autora (2023).

Passeamos pela casa da tarimba, de onde vimos a tarimba ³³.

FIGURA 17 – TARIMBA DA DONA MARIA



FONTE: A autora (2023).

Na visita a uma das famílias, observei que as crianças andavam por toda a propriedade, conheciam bem o caminho, sabiam todas as frutas que poderiam ser comidas e outras que não, como a planta Comigo Ninguém Pode. A Cebolinha, tendo apenas dois anos, sabia exatamente que ela não poderia encostar naquela planta, porque ela é venenosa.

Entre a casa deles e o caminho da casa da vó foi possível observar que eles sabiam exatamente a história da tarimba da horta da avó, que eles sabiam o nome de todos os insetos e plantas que encontravam durante todo o caminho até o rio. No percurso do caminho, há dificuldade de adultos acessarem lugares devido ao tamanho, já as crianças conseguem desviar com facilidade de galhos e entrar em

³³ Local onde se armazena o milho para a criação de animais.

alguns lugares que nós adultos não conseguimos. Momentos como este permitem o compartilhamento de informações com os adultos de técnicas para se locomover, desviar e para tomadas de decisões que já foram testadas anteriormente pelas crianças e que facilitam a caminhada pelo território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta das comunidades quilombolas pela conquista do território é uma luta legítima, em que a infância quilombola vivencia seus processos de desenvolvimento, numa infância pautada em valores repassados por décadas por seus antepassados, nos quais deve ser levada em consideração a especificidade dessas crianças. A comunidade de João Surá vivencia a riqueza de cada criança recriar o território à medida que sua infância é construída, aprendendo com seus mais velhos as histórias, casos e todos os valores citados neste trabalho.

Os estudos da infância precisam considerar as vivências das crianças quilombolas, aquelas que estão no campo e vivenciam seus territórios diariamente. Aquelas que cultivam os valores repassados pelos mais velhos, que vivenciam o racismo diariamente e que ainda hoje são invisibilizadas pelo poder público, o qual não garante os territórios e nem os direitos básicos à criança quilombola. Os mesmos estudos precisam levar em consideração o que os familiares, a comunidade e as crianças pensam sobre os seus processos de luta, respeitando sua forma de organização, seus anseios e dificuldades. Cada vez mais as lideranças têm reivindicado o lugar das crianças em suas organizações e espaços de debate político, para acessos aos seus direitos básicos.

O enfrentamento da violência no campo, resultado da negação do direito ao território, tem sido também desafio das crianças que vivenciam com seus familiares processos de enfrentamento contra o sistema de discriminação e racismo estrutural, ambiental e histórico que não respeitam quem vive nos quilombos.

Os valores civilizatórios contribuíram historicamente para que a infância e a memória sobre a infância resistissem às mazelas do preconceito racial imposto pelo Estado, principalmente no sul do Brasil, que até dias atuais não considera a população quilombola pertencente aos territórios de origem e nega acesso aos direitos básicos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, além da Constituição Brasileira. Os valores foram fundamentais para resistir nos quilombos, onde aprendemos a desenvolver nossos mecanismos próprios de defesa e luta contra o sistema capitalista de exploração, racista, homofóbico e que não respeita o meio ambiente.

Por meio do território quilombola é que as crianças constroem seus processos de desenvolvimento e crescimento. São pelas brincadeiras e aventuras no território

que se aprende a reconhecer as etapas da soberania alimentar quilombola, as culturas, as tradições, a forma de agir, ser e falar. Valores fundamentais para se viver em um quilombo. Esse território é reterritorializado por diversas crianças que, conforme a conjuntura, vivenciará contextos históricos que irão contribuir para a vida da comunidade, completando ciclos, como diria Nego Bispo, novamente: “começo, meio, começo”.

REFERÊNCIAS

- ABIB, P. R. J. **Capoeira Angola**: cultura popular e o jogo dos saberes na roda. Campinas: Unicamp; Salvador: Edufba, 2005.
- ALMEIDA, A. W. B. **De Quilombolas e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ANDRADE, L. B. P. de A. Tecendo os fios da infância. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, p. 46-77, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h8pyf/pdf/andrade-9788579830853-06.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.
- ANDRADE, L. B. P. **Educação infantil**: discurso, legislação e práticas institucionais [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.
- ANJOS, J. C. G. dos S. **No território da Linha Cruzada**: a cosmopolítica afro-brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Fundação Cultural Palmares, 2006.
- BÂ, H. A. A. Tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África**. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982. p. 181-218. Disponível em: <http://www.casadasafricas.com/site/img/upload/553236.pdf>. Acesso em: 03 set. 2023.
- BARDIN. L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BARROS, J. F. P. de; NAPOLEÃO, E. **Ewé òrìsà**: uso litúrgico dos vegetais nas casas de candomblé Jêje-nagô. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**, v. 2, p. 9-26, 2019.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=574621&filenome=LegislacaoCitada%20PL%203527/2008. Acesso: 13 mar. 24.
- COUTINHO, A. S. Os Novos Estudos Sociais da Infância e A Pesquisa com Crianças Bem Pequenas. **EDUCATIVA**, Goiânia, a. 1, v. 19, p. 762-773, 30 set. 2016.

CENTRO de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo Camargo. **Racismo Ambiental**: as consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=racismo-ambiental-as-consequencias-da-desigualdade-socioambiental-para-as-comunidades-marginalizadas>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CRUZ, C. M.; PEREIRA, A. C. A.; KOMARCHESKI, R. População Negra no Estado do Paraná: Coletânea de Artigos. RAGGIO, A. Z.; BLEY, R. B.; TRAUZYNSKI, S. C. (Ed.). **Abordagem Sociológica**, Curitiba: SEJU, v. 1, p. 219-247, 2018.

CRUZ, J. Borigrafia: Um Procedimento Contracolonial em Arte e Educação. 2023. 235 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In: CRUZ, S. H. V. (Ed.). **A criança fala**: a escuta de crianças em pesquisas. São Paulo: Cortez, 2005.

GELARD, Fabiana Pedreira. **“Ser criança é ser quilombola” Infâncias no território do quilombo Monte Recôncavo/BA**. Orientador: Profa. Dr.^a Cristina Teodoro. 2019. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia afro-brasileira, Instituto de humanidades e letras dos malês, bacharelado em humanidades, licenciatura em pedagogia, São Francisco do Conde, 2019.

GOMES, F. dos S. **Histórias de quilombos**: mocambos e comunidades de senzalas no RJ, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOOKES, B. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de: CIPOLLA, M. B. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INOCÊNCIO, N. O. Sujeito, corpo e memória. In: BRANDÃO, A. P. (Ed.). **Saberes e fazeres**, v. 1: modos de ver. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. p. 53-59.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html?caminho=organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/base_d_e_informacoes_sobre_os_povos_indigenas_e_quilombolas/indigenas_e_quilombolas_2019/base_de_dados/UF. Acesso em: 24 fev. 2024.

LUZ, M. A. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2 ed. Salvador: Edufba, 2000.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (Ed.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. ISBN 978-85-7879-190-2. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MELO, P. B. *et al* (Ed.) **Descolonizar o feminismo**: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência Tecnologia de Brasília, 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Laudo Antropológico**: comunidades Negras do Ivaporanduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatu, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões Vale do Rio Ribeira de Iguape - SP. São Paulo: MPF, 1998.

MORAIS, A. C. **O Cuidado às Crianças Quilombolas no Domicílio à Luz da Teoria Transcultural de Leininger**. 2013. 200 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2013.

OLIVEIRA, E. Epistemologia da ancestralidade. **Entrelugares**: Revista de Sociopoética e Abordagens Afins, v. 1, n. 2, p. 10, 2009.

OEHRLE, E.; EMEKA, L. Thought systems informing the musical arts. In: **Musical arts in Africa**: theory, practice and education. Pretoria, University of South Africa, 2003. p. 38-51.

PAULA, A. F. Jr. **Filosofia Afro-Brasileira**: Epistemologia, Cultura e Educação na Caiumba Paulista. Piracicaba: Biblioteca Digital UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba), 2019.

PASTORAL da Terra. **Violência, Desmonte e Pilhagem dos Territórios**: projeto nacional atual para o campo brasileiro. Edição especial, a. 46, n. 254, p. 01-16, 2022.

Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil Série Paraná. Comunidade Quilombola de João Surá, Fascículo 02, 2009.

REAGAN, T. **Non-western educational traditions**: indigenous approaches to educational thought and practice. 3 ed. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2005.

SARMENTO, M. J. Imaginário e culturas da infância. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-69, 2003.

SILVA, B. C. **A construção da (in) visibilidade da infância quilombola**: o papel do Estado e do movimento social. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

SILVA, G. M. da. Um olhar cruzado pelo “ser quilombola”. In: MELO, P. B. de *et al*. (Ed.). SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE, GÊNERO E RAÇA: DESCOLONIZAR O FEMINISMO - SERNEGRA, 7., 2019, Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. **Anais da Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça**, Brasília: IFB, 2019. p. 80-91.

SILVA, J. Jr. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: o caso do Vale do Ribeira (SP). **Rev. Adm. Pública**, Fórum: Perspectivas práticas, Rio de Janeiro, v.

50, n. 3, mai./jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612150613>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA, R. H. P. da. **Geoquímica e impacto ambiental do arsênio no Vale do Ribeira (SP-PR)**. 1997. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SILVA, R. O. da; BORBA, C. dos A. de; FOPPA, C. C. O sistema/mundo colonial/moderno e a natureza: reflexões preliminares. **Revista Videre**, v. 13, n. 26, p. 138–169, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/videre.v13i26.12939>. Acesso em: 17 mar. 2023.

STRATHERN, M. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. FERRARI, F. (Ed.). Tradução de: DULLEI, I.; PINHEIRO, J.; VALENTINI, L. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

VANISA, J. A tradição oral e sua metodologia - capítulo 7. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

ANEXO 1 – CARTA DE INTENÇÃO E ANUÊNCIA DE PESQUISA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO



Carta de Intenção e Anuência de Pesquisa

Ao Senhora **Glasiele de Andrade Matos**

Por meio deste gostaríamos de nos apresentar, sou a **Drª Carolina dos Anjos Borba** e também a mestranda **Carla Fernanda Galvão Pereira**, somos pesquisadoras no Grupo de Pesquisa e Extensão **Joana de Andrade - Programa de Pós-Graduação em Educação** da Universidade Federal do Paraná - Setor de Educação. Neste próximo período queremos investigar sobre os **INFÂNCIA QUILOMBOLA CONSTRUINDO E RETERRITORIALIZANDO O TERRITÓRIO POLÍTICO E EDUCATIVO**, esperamos por meio desta pesquisa contribuir com reflexões para processo de luta das comunidades quilombolas.

A pesquisa se concentrará na Comunidade Quilombola **João Surá**, tem cunho qualitativo e terá duração de 1 ano e 6 meses de campo. Com esta iniciativa espera-se articular as dimensões do processo de ensino e de aprendizagem, a teoria e a prática, em prol da formação do estudante.

Contamos com sua preciosa colaboração e agradecemos. Por fim, nos colocando à sua inteira disposição para maiores explicações.

Curitiba, 19 de abril de 2023

Drª Carolina dos Anjos de Borba

Carla Fernanda Galvão Pereira

Glasiele de Andrade Matos

ANEXO 2 – CARTA DE INTENÇÃO E ANUÊNCIA DE PESQUISA



ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO BAIRRO JOÃO SURÁ

Avenida Principal s/n, João Surá, Adrianópolis-PR, CEP 83490-000

CNPJ: 08.159.012/0001-75 e-mail: assquilombojoaosura@gmail.com

Telefone: (15) 998382132 (15) 99602-3909

ATA DA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO BAIRRO DE JOÃO SURÁ

Presentes: *Glasielle de Andrade Matos, Antonio Carlos de Andrade Pereira, Lucineia da Rosa Pereira, Augusto Cesar de Cristo Ramos, Antonio Pereira de Cristo, Joaquim de Andrade Pereira, Cassiane Aparecida de Matos, Lucilene da Rosa Pereira, Irani de Cristo Ramos, Roselaine da Silva Rosa, Carla Fernanda Galvão Pereira, Maria de Lima Pereira, Eva Maria de Oliveira.*

Pauta: Pesquisa realizada pela Mestrada Carla Fernanda Galvão Pereira, sobre a infância quilombola no Quilombo de João Surá

Nos dia nos reunimos no Colégio Estadual Quilombola para apresentação dos dados prévio sobre a pesquisa INFÂNCIAS QUILOMBOLAS CONSTRUINDO E RETERRITORIZANDO O TERRITÓRIO POLÍTICO E EDUCATIVO - QUILOMBO JOÃO SURÁ no qual a mestranda Carla Fernanda Galvão Pereira e sua orientadora Carolina dos Anjos de Borba do Grupo de Pesquisa e extensão JOANA DE ANDRADE, desenvolveram na comunidade de João Surá, por se tratar de uma pesquisa com crianças cujos dados são sensíveis, a comunidade está fazendo uma leitura do trabalho e pré-exposição antes de sua defesa oficial para Universidade Federal do Paraná.

Este processo faz parte da Consulta Livre Prévia a Informada a comunidade garantido pela OIT-169 no qual dados como deste trabalho deve ser apresentado a comunidade antes de sua publicação, sendo assim nesta reunião de hoje a Mestrada apresentou o seu trabalho, pedimos a ela que realize ajuste de informações históricas e também de acrescenta-se dados relevantes para comunidade.

No mais agradecemos pela dedicação e informamos que este trabalho foi passou por todas as etapas estabelecidas pelos moradores da comunidade.

Sem mais, a presidente inseriu esta pauta, prosseguindo a reunião com outros assuntos pertinente a comunidade quilombola. Estamos à disposição para demais esclarecimento. Eu Roselaine da Silva Rosa, primeira secretária da Associação, lavrei essa ata que será assinada pela presidente da Associação.

Glasielle Andrade de Matos

Adrianópolis, fevereiro de 2024.

Presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá.